UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

CAROLINA MARIA FERREIRA RIBEIRO

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E COLEÇÕES: um estudo dos acervos das Igrejas Católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes tombados pelo IPHAN

RECIFE

2022

CAROLINA MARIA FERREIRA RIBEIRO

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E COLEÇÕES: um estudo dos acervos das Igrejas Católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes tombados pelo IPHAN

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco por Carolina Maria Ferreira Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Biblioteconomia, sob orientação do Prof. Dr. Diego Andres Salcedo.

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ribeiro, Carolina Maria Ferreira.
Memória, patrimônio e coleções: um estudo dos acervos das Igrejas Católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes tombados pelo IPHAN / Carolina Maria Ferreira Ribeiro. - Recife, 2022.
56 p. : il.

Orientador(a): Diego Andres Salcedo
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Biblioteconomia, 2022.
Inclui referências, anexos.

1. Biblioteconomia. 2. Memória. 3. Patrimônio. 4. Coleção. 5. Igreja. I. Salcedo, Diego Andres. (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E COLEÇÕES: UM ESTUDO DOS ACERVOS DAS IGREJAS CATÓLICAS DE RECIFE, OLINDA E JABOATÃO DOS GUARARAPES TOMBADOS PELO IPHAN

Carolina Maria Ferreira Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

TCC aprovado _18_ de _maio_ de 2022

Banca Examinadora:

Orientador(a) – Diego Andres Salcedo
DCI/Universidade Federal de Pernambuco

Examinador(a) 1 - Georgia Lira
DCI/Universidade Federal de Pernambuco

Examinador(a) 2 – Danielle Alves de Oliveira
DCI/Universidade Federal da Paraíba

Aos meus pais, por seu apoio e amor que cercam minhas melhores memórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu propósito e razão de ser; e a Nossa Senhora, Maria Santíssima, por sua divina e maternal intercessão. Graças e louvores sejam dados a todo momento.

A minha família, de modo especial aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado. Ao meu pai por sua firmeza e sua mente ousada e brilhante, que me ajudou a pensar e realizar esse trabalho. À minha mãe por seu colo acolhedor e coração gigante: sua paz só pode ser dom de Deus. Agradeço também ao meu irmão e padrinho, com cujas orações sei que posso contar diariamente. Vocês são minha base. Amo vocês, muito obrigada.

Ao meu amigo e orientador Diego Salcedo. Obrigada pela parafina na prancha e pelas manobras ensinadas. Tenho certeza de que tenho muito mais a aprender e muito mais ondas a surfar: não quero sair desse mar tão cedo. Obrigada pelas ondas surfadas até aqui - e por todo o estoque esgotado de Nescauzinho.

Agradeço aos meus professores do Departamento de Ciência da Informação, por todo incentivo, contribuição e conhecimentos transmitidos aos futuros profissionais da área.

Ao Grupo de Pesquisa METIC, por todos os encontros que me fizeram despertar para a pesquisa. Obrigada a cada um pela troca de experiências entre estudantes e profissionais de áreas diversas do conhecimento.

E por fim, agradeço a todos àqueles que estiveram ao meu lado durante esse percurso e auxiliaram minha formação humana e profissional.

“Quero trazer à memória o que me pode dar esperança.”

Lamentações 3:21

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa exploratória quanto aos fins e bibliográfica; documental e de campo quanto aos meios, com o objetivo de identificar as coleções de acervos das Igrejas Católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Utiliza, para esse fim, a classificação do documento, disponibilizado pelo próprio instituto, com seu termo indexador enquanto recurso informacional, dialogando com o campo da Biblioteconomia. Retrata conceitos com enfoque principal nas temáticas de memória, preservação e patrimônio. Resulta na identificação, efetuada por meio da verificação física de recursos informacionais na Superintendência do IPHAN em Pernambuco – onde estão localizados a Biblioteca Almeida Cunha e o Arquivo Central da instituição, a respeito de quais coleções se encontram nos acervos do documento analisado. Articula, dessa forma, a memória cultural com a preservação e identificação de recursos informacionais mediante a verificação da informação documental contida nos acervos. Conclui que é de elevada relevância que haja uma maior divulgação dos bens identificados a fim de prover acesso a esse material, visto que possibilitam a manutenção da memória atrelada a esses acervos, preservando-os para essa geração e as demais que estão por vir.

Palavras-chave: biblioteconomia; memória; patrimônio; coleção; igreja.

ABSTRACT

The current labor presents exploratory research regarding the purposes and bibliography; documentary and fieldwork regarding the means, to identify the collections of the acquis of the Catholic Churches of Recife, Olinda, and Jaboatão dos Guararapes tumbled by the national historical and artistic heritage institute. It uses, for this purpose, the classification of the document, made available by the institute itself, with its indexing term as an informational resource, dialoguing with the field of Librarianship. It portrays concepts with the main focus on the themes of memory, preservation, and heritage. It results in the identification, carried out through the physical verification of information resources in the Superintendence of IPHAN in Pernambuco – where are located the Almeida Cunha Library and the Central Archive of the institution, regarding which collections be found in the acquis of the analyzed document. In this way, it articulates cultural memory with the preservation and identification of informational resources by verifying the documentary information contained in the collections. It concludes that it is highly relevant that there is greater dissemination of the identified assets to provide access to this material, since they allow the maintenance of the memory linked to these collections, preserving them for the future.

Keywords: library sciences; memory; patrimony; collection; church.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Ruínas da Igreja de São Francisco do Outeiro da Glória	13
Figura 2 -	Exemplos de selos postais comemorativos brasileiros com Igrejas	15
Figura 3 -	Prédio da Superintendência do IPHAN em Pernambuco	32
Figura 4 -	Classificação presente no Controle do Acervo: Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora do Monte em Olinda/PE	33
Figura 5 -	Inventário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares	40
Figura 6 -	Inventário da Igreja Matriz de Santo Antônio	41
Figura 7 -	Inventário da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	41
Figura 8 -	Inventário da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira	42
Figura 9 -	Inventário da Igreja da Madre de Deus	42
Figura 10 -	Inventário da Igreja de São Gonçalo	43
Figura 11 -	Inventário da Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras	43
Figura 12 -	Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	44
Figura 13 -	Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Pilar	44
Figura 14 -	Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Terço	45
Figura 15 -	Inventário da Igreja de São José do Ribamar	45
Figura 16 -	Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana	46
Figura 17 -	Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana: caracterização externa e cadastro de bens	46
Figura 18 -	Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana: diagnóstico de conservação e relatório fotográfico	47
Figura 19 -	Inventário da Igreja e Mosteiro de São Bento	48
Figura 20 -	Inventário da Igreja da Misericórdia	49
Figura 21 -	Inventário da Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda	49
Figura 22 -	Inventário do Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo	50
Figura 23 -	Ficha de identidade de imagens na Igreja de Nossa Senhora do Carmo	50
Figura 24 -	Arrolamento preliminar do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Monte	51
Figura 25 -	Arrolamento preliminar da Capela de São Pedro Advíncula	51
Figura 26 -	Inventários das Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo	52

Figura 27 - Parte interna do inventário da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo 53

Figura 28 - Papel de azulejos do altar da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo 53

Figura 29 - Conclusão do inventário com relação ao processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo 54

Figura 30 - Parte interna do inventário da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres 54

Figura 31 - Bens tombados na Igreja de Nossa dos Prazeres (Ourivesaria e Prataria) 55

Figura 32 - Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora da Piedade 55

Figura 33 - Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres 56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bens tombados e processos em andamento 30

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	13
2	**REFERENCIAL TEÓRICO**	19
2.1	MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO	19
2.2	PATRIMÔNIO	11
2.3	IPHAN	23
3	**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**	27
4	**COLEÇÕES DOS ACERVOS DAS IGREJAS CATÓLICAS DE RECIFE, OLINDA E JABOATÃO DOS GUARARAPES TOMBADOS PELO IPHAN**	29
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	35
REFERÊNCIAS		36
ANEXO I – INVENTÁRIOS DAS COLEÇÕES PERTENCENTES ÀS IGREJAS TOMBADAS DE RECIFE		40
ANEXO II – INVENTÁRIOS DAS COLEÇÕES PERTENCENTES ÀS IGREJAS TOMBADAS DE OLINDA		48
ANEXO III – INVENTÁRIOS DAS COLEÇÕES PERTENCENTES ÀS IGREJAS TOMBADAS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES		52

1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século XV, no qual o território que viria a se tornar o Brasil começou a ser colonizado por Portugal, a religião Católica Apostólica Romana se faz presente no território brasileiro. Tão logo a região foi "descoberta" fincou-se uma cruz que anunciaria as intenções catequéticas dos colonizadores na futura colônia, como citado por Mendonça (1972, p. 43):

> Porque a principal cousa que me moveu mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica, vos encomendo muito que pratiqueis com mos ditos Capitães e Oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter; e de minha parte lhes direi que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem Cristãos; e para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consintam que lhes seja feita opressão, nem agravo algum, e, fazendo-se-lhes, lho façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos, e as pessoas que lhos fizerem, sejam castigados como for justiça.

Para tanto, no início do século XV, em 1503, o primeiro templo teria sido erguido no país: a igreja de São Francisco do Outeiro da Glória, em Porto Seguro, na Bahia (IBGE, 2022, online).

Figura 1 – Ruínas da Igreja de São Francisco do Outeiro da Glória

Fonte: Foursquare (2021)

Mesmo com a independência do Brasil, o catolicismo mantém suas estruturas no país. Durante esse período a Igreja continua sob a tutela do Estado, tornando-se, de acordo com o

art. 5º da Constituição efetivada de 1824 (BRASIL, 1824, online), a religião oficial do Império: "A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo".

Sendo assim, pode-se afirmar que a Igreja Católica tem um papel histórico na formação da sociedade brasileira contemporânea, contribuindo para a construção de sua cultura. De acordo com Sousa, Azevedo e Oliveira (2018, p. 2) "As influências sofridas pelo Brasil no processo de sua colonização são refletidas intimamente nos aspectos da sua formação cultural". Sob essa perspectiva, templos católicos passam a constituir importantes componentes da memória sociocultural e histórica nacional. Essa é uma faceta de extrema importância, pois esses locais, e sua consequente preservação, contribuem para a manutenção da memória, dos costumes e da cultura de todo um povo ou civilização.

A memória é uma faculdade humana própria de toda cultura. Segundo Felix (2002, p. 23), Memória, do grego "*Mnemosyne*", seria:

> [...] essencialmente um ato de evocação, isto é, o ato de recuperar mentalmente a imagem; portanto, é um ato de representação do real que se dá através de imagens mentais, pois o passado enquanto tal não volta. Ele retorna apenas na lembrança a evocação/lembrança dessa imagem se dá através de diferentes suportes de memória que podem ser de natureza iconográfica, fotográfica, álbuns, etc.; de natureza objetal, com os diversos tipos de objetos materiais associados a uma determinada memória e que compõe o universo dos bens ou patrimônios materiais; de natureza perceptiva e sensorial, quando desencadeada por idéias/associações, e de natureza do universo da "memória dos sentidos", sons, ruídos e cheiros que compõem o rico e diversificado universo denominado de bens ou patrimônios imateriais.

A construção humana desses locais constitui recursos que representam a lembrança por meio desses "suportes de memória", a fim de perpetuar e representar a cultura e história de um povo, possibilitando sua transmissão para as gerações futuras. De acordo com Crippa (2018, p. 6267) "A memória cultural apresenta inúmeras mensagens construídas e preservadas para a posteridade, para sua repetição", dessa forma, a preservação desses locais articula-se diretamente com a memória, uma vez que que garantiria a sua resistência através do tempo. Por sua vez, Lotman (2019) aponta para certa articulação entre "cultura" e "memória", ao considerar que a cultura, que diz respeito à memória de um grupo, dependeria de práticas e mídias. Sendo assim, a formação de memórias, sejam individuais ou coletivas, efetua-se fazendo uso da língua, das práticas culturais, das repetições rituais e das imagens. Com relação aos lugares, de acordo com Nora (1993, p. 7):

> A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Sendo assim, o autor ainda afirma que:

> A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado [...]. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une [...]. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p. 9).

Dessa forma, os lugares de memória seriam espaços em que a lembrança pode ser suscitada por meio de uma ritualização de memória e história, se, nesse caso a imaginação trouxer à tona uma aura simbólica (NORA, 1993). À vista disso, esses espaços que evocam uma memória cultural, histórica e coletiva, como as igrejas católicas, são passíveis de preservação.

Nesse sentido, por exemplo, a obra de Salcedo (2010) ilustra, por meio de selos postais comemorativos, bem como de narrativas que o autor escreveu para cada imagem, elementos verbovisuais que aludem às instituições, edificações e lugares das Igrejas na memória documental brasileira, considerados aqui os próprios selos postais, também, como documentos memoriais.

Figura 2 – Exemplos de selos postais comemorativos brasileiros com Igrejas

Fonte: Salcedo (2010)

A preservação seria o ato de salvaguardar e assegurar a integridade de bens a fim de que seja possível o acesso a eles de forma permanente, ou pelo máximo de tempo possível, ou seja,

atualmente, o acesso a certos registros históricos só é possível porque, anteriormente, alguém ou alguma instituição pensou na sua preservação, garantindo assim alguns registros da humanidade para as demais gerações.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) apresenta em seu regimento interno publicado pela Portaria Nº 92, de 5 de julho de 2012 (BRASIL, 2012, online), a missão de "promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País.", sendo o patrimônio "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (BRASIL, Decreto de 1937, online). Por seu turno, de acordo com o Artigo 216 da Constituição (BRASIL, 1988, online), o patrimônio cultural são os bens "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

De acordo com o próprio site do IPHAN (2014, online), estão incluídos:

> [...] as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico [...]. e seria seu papel zelar pelo cumprimento dos marcos legais, pela gestão e preservação desses bens.

O recurso informacional responsável pelo registro do tombamento dos bens reconhecidos como patrimônio cultural é o Livro de Tombo. Nesse sentido, encontram-se nele inscritas as classificações dos bens tombados, indeferidos ou em processo, com a utilização de alguns termos para tal. Usando como corpus da pesquisa o documento disponível no site do IPHAN, a pesquisa a ser desenvolvida pretende identificar as coleções existentes em seus acervos tombados referentes às Igrejas Católicas da Região de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes com os indexadores do documento anteriormente citado, enquanto trata sobre o debate da memória cultural e da preservação desses bens.

A deterioração dos bens físicos e materiais pode ser facilmente observada e advém de uma série de causas diferentes. Fatores ambientais, intervenção imprópria, furto ou vandalismo

são alguns deles. Isso ocasiona uma perda não só institucional, mas também social sob uma perspectiva cultural, memorial, histórica e informacional.

O tombamento de bens como igrejas e templos pelo IPHAN auxilia a sua preservação e atua como uma maneira de garantir a permanência desses registros para as futuras gerações, proporcionando a manutenção da memória cultural e coletiva nacional. Nesse sentido, o relatório em que consta o processo de tombamento desses bens (disponível no site do instituto) apresenta um termo indexador denominado “Edificações e acervos” o qual classifica algumas igrejas católicas, na presente pesquisa, localizadas em Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Dessa forma, o termo dá margem para a pergunta que norteia essa pesquisa: Quais são as coleções que constituem esses acervos?

A pesquisa se justifica dada a importância da manutenção de edificações de igrejas católicas e seus acervos, proporcionada pelo IPHAN ao prezar pela sua preservação, através do tombamento, o que possibilita seu acesso a longo prazo, pelas gerações presentes e futuras. Tal aspecto proporciona a delimitação de ações que permitem a proteção desses patrimônios que enriquecem aspectos da identidade e da memória cultural, histórica, social e nacional, conforme afirmado por Sousa, Oliveira e Azevedo Netto (2018, p. 2) “A influência cultural de diversos povos permitiu o enriquecimento na formação das diversidades de bens culturais brasileiros de natureza material e imaterial, existentes e reconhecidos”. Portanto, é lícito que se investigue quais coleções pertencem a esses acervos tombados.

Sob determinada ótica, a temática articula-se com o campo da biblioteconomia ao propor a investigação dos acervos que compõem as coleções das igrejas católicas tombadas em Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, de modo que contribui para um acesso mais amplo a informações concernentes aos mesmos e possibilita a visualização de recortes da história, preservando-a e protegendo sua memória. Como afirmado por Morigi et al. (2013, p. 197) “Os objetos são os documentos vivos portadores de referências simbólicas, os valores que estruturam o mundo interno dos sujeitos ao mesmo tempo em que reativam a memória cultural dos grupos”, ou seja, torna-se imprescindível que a memória atrelada a esses acervos perdure para essa e para as demais gerações.

Atrelado a isso, a religião também auxilia diretamente a formação cultural enquanto manifestação humana. Bernardi e Castilho (2016, p. 752) afirmam que:

> A religião permite conhecer o local onde as pessoas vivem seus valores em uma cultura. Ela é influenciada pela cultura, mas ela também influencia a cultura daqueles que vivem em seu entorno. A religião permite um

> conhecimento maior dos valores que envolvem uma dada sociedade, principalmente seus valores éticos. Ela se coloca como luz que ilumina as atitudes humanas em busca do Eterno [...].

Segundo Chauí (2000), é a religião que liga humanos e divindade. Esse vínculo é a manifestação do sagrado "como processo de simbolização e encantamento do mundo, seja na forma da imanência do sobrenatural no natural, seja na transcendência do sobrenatural", atribuindo, assim, significado transcendente à vida imanente. Sendo assim, os templos religiosos constituem importantes centros nos quais essa espiritualidade pode ser experimentada e praticada, como defendido por Corrêa (2018, online): "Cabe à Igreja de nossos dias multiplicar a leitura, a compreensão, a oração e a vivência da Palavra!". Também para as igrejas, seu tombamento é importante pois as confere proteção, legitimidade e reconhecimento.

Sob essa perspectiva, a proponente desse projeto deu início a um projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pernambuco (PIBIC/CNPQ), no período de 2019 a 2020, e posteriormente na Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (PIBIC/FACEPE), de 2020 a 2022, que a permitiu um olhar crítico sobre aspectos afetivos e pessoais. Sendo assim, justifica-se a escolha do tema devido ao interesse pessoal de aprofundar-se na temática, despertado por meio da participação em projetos e pela participação no Grupo de Pesquisa METIC (ex-Imago e Humanidades Digitais), com enfoque em Memórias, Éticas, Tecnologias, Informação e Colecionismos.

O presente trabalho tem, portanto, o objetivo geral de identificar as coleções de acervos das Igrejas Católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes tombados pelo IPHAN. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram necessários:

- Acessar pelo site do IPHAN o documento a ser analisado;
- Verificar quais Igrejas Católicas na Região Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes possuem a classificação com o termo indexador "Edificação e Acervo" no documento de tombo do IPHAN.
- Selecionar o corpus da pesquisa;
- Identificar quais são as coleções existentes nos acervos selecionados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o exposto a respeito da temática abordada, a pesquisa a ser desenvolvida divide-se em partes teóricas e práticas. A primeira seção apresenta a introdução da pesquisa: sua problemática, sua justificativa, seu objetivo geral e seus objetivos específicos.

Na segunda seção há uma breve revisão bibliográfica a respeito das temáticas de memória, preservação e patrimônio e uma breve contextualização a respeito do IPHAN, sua função e seus processos de tombamento. Posteriormente, a pesquisa trata especificamente das coleções dos acervos tombados das igrejas católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes com a indexação de "Edificações e Acervos" e suas particularidades.

2.1 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO

A memória possui um caráter dinâmico e, de acordo com Le Goff (2003, p. 419) enquanto, "[...] propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". No entanto, para além de uma capacidade de armazenamento ou guarda de informações, a memória constitui uma representação de um evento ocorrido no passado e dá margem para a construção da identidade individual e coletiva de um povo, como afirma Assmann (2016), quando trata a memória como uma faculdade que permite a formação de uma consciência da identidade, tanto no âmbito pessoal quanto no coletivo.

Dessa forma, Assmann (2016) faz ainda uma diferenciação entre dois tipos de memória: a comunicativa, que estaria associada à transmissão oral de recordações cotidianas, e a memória cultural, em geral institucionalizada, que pode ser armazenada, transmitida e reintegrada nas futuras gerações. A memória, por conseguinte, existe em interação com outras memórias e com símbolos externos.

No que tange a grupos e sociedades no âmbito social, o papel dos símbolos externos adquire uma importância ainda maior tendo em vista que grupos tendem a constituir sua memória por meio de itens ou coisas que funcionem como lembranças, a exemplo de instituições mnemônicas de modo geral, a isso dá-se o nome de memória cultural (ASSMANN, 2006).

> A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras

> ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentes à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra (ASSMANN, 2016, p. 118).

Atrelado a isso, para Sousa, Azevedo Netto e Oliveira (2018, p. 28), "pode-se compreender a cultura como um fenômeno coletivo, cuja origem, manutenção e transmissão estão no encargo dos atores sociais". A memória cultural é formada, portanto, por aspectos e heranças simbólicas e coletivas materializadas em "símbolos externos" como textos, escrituras, objetos, ritos, lugares, enfim, diversos suportes mnemônicos passíveis de serem transferidos e capazes de acionar significados e lembranças, fortalecendo seu vínculo com os indivíduos e o coletivo.

Desde tempos imemoriais, a prática humana pode ser observada no meio em que se vive. Construções, invenções, objetos, informações, registros, rituais, cerimônias, são todas formas de manifestações das ações dos indivíduos em constante interação com o outro e com o ambiente. Para que esses fatores sejam continuados através do tempo é necessário que exista sua preservação.

A preservação seria esse conjunto de práticas e ações responsáveis por garantir o acesso a longo prazo a informações e patrimônios. Assegura, portanto, autenticidade, qualidade, acessibilidade e integridade da informação para a interpretação pelas atuais e futuras gerações e está diretamente associado à memória (ROCHA, 2003).

De acordo com Santos e Flores (2017), a preservação da herança cultural colabora para a transmissão da memória, costume e identidade de lugares, indivíduos e obras de modo que proporciona sua imortalidade. Assim, esses registros documentais podem auxiliar na compreensão de diferentes épocas uma vez que as contextualizam e, de certo modo, as representam.

Por exemplo, Bronsztein e Salcedo (2012, p. 251-252), publicaram um resultado de pesquisa no qual foram analisados os modos de preservação memorial de religiões por meio de selos postais comemorativos brasileiros. Nesta pesquisa os autores concluíram que.

> em uma avaliação geral baseada em pesquisas já realizadas sobre o campo religioso brasileiro, é possível identificar como o catolicismo midiático tem sido hábil na concorrência pelo seu espaço no "mercado religioso" e na preocupação pela manutenção dos seus fiéis. A isso podemos acrescentar a utilização dos selos postais comemorativos brasileiros, ao consagrarem e enaltecerem a visibilidade de personalidades, eventos e da práxis católica, em detrimento às demais práticas religiosas.

Sendo assim, garantir a preservação e o acesso continuado a certas memórias, sejam elas culturais, pessoais ou institucionais, tornou-se uma prática imprescindível. A importância da prática da preservação faz-se evidente na articulação estabelecida entre passado, presente e futuro, tendo em vista que salvaguardar o passado assegura a memória e o acesso a ela no presente e no futuro. Ademais, construímos hoje a memória do amanhã.

2.2 PATRIMÔNIO

O patrimônio pode fazer alusão a diversos modos de expressão cultural, itens, monumentos, documentações, entre outros. O termo consiste, portanto, em um conceito vasto que pode se dividir em três categorias: o patrimônio natural, histórico e cultural.

O patrimônio natural diz respeito ao indivíduo e sua relação com a natureza, ele é formado "[...] por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais" (IPHAN, 2022, online). Essas áreas transmitem a importância da preservação e valorização do meio ambiente.

Por sua vez, o patrimônio histórico refere-se a um conjunto de bens que remetem à história de uma comunidade, de modo que representa uma importante ferramenta de compreensão da sua identidade. Utiliza-se, com essa finalidade, de diversos recursos como obras de arte, edificações e lugares, documentações de modo geral etc.

> A expressão [patrimônio histórico] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

O patrimônio cultural, por seu turno, consiste em duas vertentes: os bens materiais, que dizem respeito a itens e objetos concretos os quais atuam como recursos informacionais; e os bens imateriais que se referem aos conjuntos de manifestações sociais, rituais, formas de expressão que são transmitidos por gerações e podem ser recriadas e modificadas no decorrer do tempo. Esses bens representam a história, memória e identidade de uma sociedade, e a preservação desses registros deve colaborar com sua representação, compreensão e possibilitará seu acesso às futuras gerações (SANTOS, FLORES, 2017).

A pluralidade de culturas e de suas manifestações dá margem para o processo de proteção e preservação de patrimônios que as representam. De acordo com Sousa, Oliveira e Azevedo Netto (2018), o significado de patrimônio depende do contexto em que sua construção ocorre, estando à mercê de situações e fatores espaciais e temporais, seria, portanto, uma criação "histórica e culturalmente determinada". De acordo com a Constituição Federal:

> Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I - As formas de expressão;
>
> II - Os modos de criar, fazer e viver;
>
> III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, online)

Os bens culturais, por outro lado, são definidos por Souza Filho (1999, p. 42) como "aquele bem jurídico que, além de ser objeto de direito, está protegido por ser representativo, evocativo ou identificador de uma expressão cultural relevante". Sendo assim, esses bens constituem elementos exteriores que representam ou fazem parte de uma cultura de um grupo.

Esses fatores contribuem para a construção da identidade e preservação da memória histórico-social, posto que a cultura se apresenta como um fenômeno social determinante da natureza humana (SOUSA, OLIVEIRA E AZEVEDO NETTO, 2018). Nesse sentido, o patrimônio cultural teria sua proteção relacionada ao fato de estar associado a ocasiões importantes e memoráveis da história do Brasil e sua construção (REISEWITZ, 2004). Essa proteção dá margem para a preservação da memória da sociedade e seus valores, que podem ser expressos por esses patrimônios. De acordo com Candau (2014, p. 163-164),

> [...] a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar. O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática de memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. Esse projeto está destinado a permanecer sempre inacabado; ele pode mesmo se esgotar na esperança de chegar a uma memória total.

Logo, é imprescindível que esses elementos sejam preservados, uma vez que conferem noção de pertencimento e identidade histórico-cultural. Essa preservação pode ser assegurada pelo processo de tombamento, executado em nível nacional pelo IPHAN.

2.3 IPHAN

De acordo com o site vinculado ao Governo Federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é "uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro". Desse modo, é seu papel "proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras". (GOVERNO FEDERAL, 2021, online). A gestão desses patrimônios é realizada de acordo com aspectos próprios de cada grupo: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial.

O Patrimônio Material pelo qual o IPHAN preza são bens culturais que se subdividem em quatro categorias de acordo com o Livro do Tombo da instituição: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico – para bens como artes arqueológicas, etnográficas, e monumentos naturais como sítios e paisagens; Histórico – para bens de interesse e caráter histórico; Belas Artes – para inscrição de bens de arte erudita; e das Artes Aplicadas – para bens pertencentes à categoria de artes aplicadas.

Quanto aos bens de natureza material, podem ainda ser classificados como móveis, como coleções arqueológicas, acervos documentais, bibliográficos, museológicos, arquivísticos, videográficos, cinematográficos e fotográficos (IPHAN, 2014). O IPHAN utiliza o Livro do Tombo como recurso informacional para registro das informações referentes aos bens tombados.

Informação é o conhecimento organizado e registrado inscrito em algum suporte textual, audiovisual ou oral, a fim de representar uma noção ou ideia, como defende Moraes (2002) ao afirmar que a informação sempre é a representação de algo a partir de uma seleção realizada no universo de conhecimentos e saberes. O termo "fonte", por outro lado, é indicado por Ferreira (1986, p. 797) como "[...] aquilo que se organiza ou produz; origem, causa, [...] procedência, proveniência [...]", e ainda como "qualquer pessoa, documento, organismo ou instituição que transmite informações [...]".

As fontes de informação podem ser vistas por meio de uma perspectiva mais ampla como proposto por Gomes e Dumont (2015, p.135): "[...] as fontes de informação são veículos potenciais que podem possuir uma determinada informação para um determinado sujeito para satisfazer uma determinada necessidade", ou seja, as fontes de informação retratam obras ou documentos que fornecem informações satisfazendo a necessidade informacional de um consulente e dando margem para o surgimento de novas descobertas, pesquisas e saberes.

Rodrigues e Blattman (2011, p. 48) apontam que até o final de 1990, as fontes de informação eram, essencialmente, compostas de obras no formato impresso, no entanto, com o advento das TICs e da Internet, passam a ser disponibilizadas em formato digital tornando-se sinônimo de recursos de informação, ou recursos informacionais:

> Neste sentido, recentemente, verificou-se uma mudança na percepção das fontes de informação. Até fins dos anos de 1990, fontes de informação eram sinônimo de formato impresso. Com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação e o uso intensivo da Internet, fontes de informação passaram a ser sinônimo de recursos informacionais disponíveis no formato digital.

O Livro de Tombo é um recurso informacional que registra o tombamento dos bens reconhecidos como patrimônio cultural, protegidos e preservados devido ao seu valor e importância em âmbito nacional. A palavra tombo, de origem portuguesa, remete à registro e passou a ser utilizada em 1375 pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, que ficava inicialmente instalado em uma das torres da muralha que protegia Lisboa. Posteriormente o local ficou conhecido como Torre do Tombo, onde se guardavam livros de registros especial ou livros do tombo. No Brasil, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabeleceu essas expressões a fim de que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente (IPHAN, 2022, online).

O tombamento pode ser tido como uma forma de intervenção na propriedade para a preservação da memória nacional, na qual o poder público protege o patrimônio cultural do país, e pode ser requerido por motivos de ordem cultural, histórica, artística, científica, turística e paisagística (SCATOLINO; TRINDADE, 2015). O tombamento é, atualmente, um instrumento de proteção do patrimônio cultural brasileiro, regulamentado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937 e previsto no §1º do artigo 216 da Constituição Federal, e possui duas características entendidas como ato administrativo e fato. O primeiro trata-se de uma condição restritiva

imposta pelo Estado ao direito de propriedade a fim de proteger seus próprios atributos.; já o segundo refere-se a um procedimento material de registro de um bem efetivado pelo agente público em seu respectivo livro de tombo (SOUSA, OLIVEIRA E AZEVEDO NETTO, 2018).

Para que ocorra o tombamento, o bem é analisado no que tange à sua relevância a nível nacional, por meio de um processo administrativo, e só depois é inscrito em um ou mais livros do tombo. De acordo com o Portal IPHAN (2022, online):

> O tombamento de um bem inicia-se com o pedido de abertura do processo, que pode ser realizado por qualquer cidadão ou instituição pública. O pedido de abertura do processo de tombamento passa por avaliação técnica preliminar, e se aceito, é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Quando é aprovada a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Essa notificação significa que o bem já se encontra sob proteção legal, e interditado para venda, por exemplo, até que a instância máxima da área do Patrimônio adote uma decisão final. No caso do IPHAN, essa instância é o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Mas, para ter a força legal, a decisão do Conselho deverá ser homologada pelo ministério da Cultura e publicada no Diário Oficial da União. O processo é concluído com a inscrição do bem no Livro do Tombo e só então é realizada a comunicação formal do tombamento aos proprietários.

Com relação aos procedimentos de tombamento, Sousa, Oliveira e Azevedo Netto (2018) os classificam em: tombamento de ofício, em que delimita que os bens pertencentes à União, Estados e Municípios, por determinação do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, se farão de ofício; o tombamento compulsório, que ocorre mesmo com a resistência do proprietário titular do domínio e contra sua vontade, quando há limitações impostas ao uso pleno da propriedade; e o tombamento voluntário, que pode ocorrer quando solicitado pelo proprietário. Quanto aos efeitos, há o tombo provisório, início do procedimento quando há a notificação do proprietário do bem a fim de que conheça o processo administrativo e se posicione com relação ao mesmo; e o tombo definitivo, reconhecido por meio do encerramento do processo e sua inscrição no livro de tombo.

A fim de mantê-los preservados, os bens tombados ficam sujeitos à fiscalização pelo IPHAN para conferência de suas condições de conservação. Além disso, qualquer intervenção nesses bens necessita de autorização prévia. Os bens tutelados pelo instituto se subdividem ainda em bens móveis, que podem ser retirados e transportados com facilidade - como coleções e acervos; e bens imóveis. Há ainda o termo de “bens integrados”, que consiste em tudo o que

está fixado na arquitetura cuja remoção possa causar danos ou lacunas ao imóvel. No caso das próprias igrejas católicas, de acordo com o IPHAN (2014, online), incluem-se:

> todos os altares, retábulos, arco-cruzeiros, tarja do arco cruzeiro, painéis de talha, pinturas parietais, painéis fixos, arcazes fixos, balaustrada de coro, mesa de comunhão, pia batismal, pia de água benta, paravento, pinturas e talhas de forros, nichos, oratório fixos, relógios de torre e de sol, portas, decoração de capitéis, cunhais, sobrevergas decoradas, tarjas externas simbólicas (como Agnus Dei, mitra, escudos, etc.)

O documento de bens tombados e processos em andamento é um recurso informacional disponibilizado pelo IPHAN em seu site (2019). De acordo com essa lista, pelo que se percebe dos termos de classificação do citado órgão, no que tange ao termo indexador (palavras-chave) “Edificações e acervo” das Igrejas Católicas de Recife; Olinda e Jaboatão dos Guararapes, há acervos presentes nas instituições, no entanto, não há indicações desses acervos disponíveis no site do instituto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A classificação da pesquisa fundamentou-se na classificação científica apontada por Vergara (2000), que define aspectos quantos aos fins e quanto aos meios. A pesquisa desenvolvida é de natureza exploratória quanto aos fins. Exploratória porque há certa escassez de estudos que abordem a temática apresentada na área da Biblioteconomia.

Segundo Gil (2008 p. 27):

> As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado [...].

De acordo com seus procedimentos metodológicos ela foi bibliográfica, documental e de campo. Bibliográfica pois foi utilizado, na pesquisa, material publicado por diversos autores, com enfoque principal nas temáticas de memória, preservação e patrimônio. Vergara (2000) aponta que esse tipo de pesquisa é constituído especialmente a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos, por exemplo, contribuindo para o levantamento de informações que sejam pertinentes à temática abordada.

Conforme afirmado por Lakatos e Marconi (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

> [...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

A investigação foi, também, documental, porque utilizou documentos (o próprio documento de bens tombados e processos em andamento pelo IPHAN) enquanto fonte de informação primária. Para Lakatos e Marconi (2003 p. 174), "A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias".

A análise documental foi realizada a partir do próprio documento de bens tombados e processos em andamento disponibilizado pelo IPHAN em seu site. A partir desse material, foram identificadas as Igrejas Católicas situadas nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, que foram classificadas pelo termo "Edificações e

Acervo". Tomando como base essa amostra, num total de 26 itens, foi realizado um levantamento de campo no próprio acervo físico da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, a fim de localizar o item que pudesse identificar do que se trata o conteúdo dos acervos desses templos.

O referencial teórico, por sua vez, foi feito a partir da literatura recuperada em livros especializados da área de Biblioteconomia, Memória, Colecionismo, Patrimônio e Ciência da Informação e, com seu auxílio, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de memória, preservação e patrimônio. Por fim, a pesquisa resultou na identificação a respeito de quais coleções constam nos acervos descritos com "Edificação e Acervo" no documento analisado.

4 COLEÇÕES DOS ACERVOS DAS IGREJAS CATÓLICAS DE RECIFE, OLINDA E JABOATÃO DOS GUARARAPES TOMBADOS PELO IPHAN

Dado o contexto exposto no decorrer da pesquisa, percebe-se a relevância do tombamento das edificações e das coleções que constituem seus acervos tanto para a sociedade quanto para as narrativas historiográficas das próprias instituições, visto que contribui diretamente para a manutenção de sua memória. Atrelada à preservação desses bens, é interessante que haja, também, sua identificação.

Nesse sentido, concordamos com Loss (2019, p.11):

> Buscar a identificação dos itens do acervo, no sentido da sua originalidade ou importância para o desenvolvimento dessas áreas, constitui-se em tarefa essencial para atribuição de valor e, por consequência, para atuar em relação à conservação e à manutenção dos exemplares. Estes itens serão os que vão "contar" a trajetória da área ou mesmo da instituição, oferecendo um panorama histórico do campo, recriando a época em que foram escritos.

Do ponto de vista da práxis biblioteconômica e, por sua vez, de análise documental, tomando como fundamento essa noção, a pesquisa contemplou o documento disponibilizado pelo IPHAN em seu site, denominado "bens tombados e processos em andamento", no qual os bens são classificados de acordo com a sua situação.

Os bens estão dispostos da seguinte maneira:

- **Localização**: Unidade Federativa e Município;
- **Informações sobre o bem**: Nome do bem; Classificação (Edificação e Acervo, Patrimônio Natural; Sítio arqueológico; Edificação; Conjunto Urbano; Conjunto Arquitetônico; Bem móvel ou integrado; Coleção ou acervo, Infraestrutura ou equipamento urbano; Ruína; Jardim Histórico etc); Situação (indeferido, tombado, tombamento aprovado, instrução, tomb. provis., rerratific., anexado etc);
- **Inscrição no Livro de Tombo**: Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A partir desse documento, e considerados os critérios do próprio IPHAN, foi extraído o corpus da pesquisa que pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Bens tombados e processos em andamento

LOCALIZAÇÃO		INFORMAÇÕES SOBRE O BEM			INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO			
UF	**MUNICÍPIO**	**NOME DO BEM (IGREJA)**	**CLASSIFICAÇÃO**	**SITUAÇÃO**	**Arqueológico, etnográfico e paisagístico**	**Histórico**	**Belas Artes**	**Artes Aplicadas**
PE	RECIFE	Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			mar/38	
PE	RECIFE	Igreja Matriz de Santo Antônio	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			ago/38	
PE	RECIFE	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			mai/38	
PE	RECIFE	Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			jul/38	
PE	RECIFE	Igreja da Madre de Deus	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			jul/38	
PE	RECIFE	Igreja de São Gonçalo	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			jul/38	
PE	RECIFE	Convento e Igreja de Santo Antônio	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			jul/38	
PE	RECIFE	Convento e Igreja do Carmo do Recife	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		out/38	out/38	
PE	RECIFE	Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Santa Teresa	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		out/38	out/38	
PE	RECIFE	Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			ago/38	
PE	RECIFE	Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		nov/49		
PE	RECIFE	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO			jul/65	
PE	RECIFE	Igreja de Nossa Senhora do Pilar	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		ago/65	ago/65	
PE	RECIFE	Igreja do Divino Espírito Santo	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	dez/72			
PE	RECIFE	Igreja de Nossa Senhora do Terço	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	dez/75	dez/75		
PE	RECIFE	Igreja de São José do Ribamar	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	abr/80	abr/80		
PE	RECIFE	Capela de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana, seu acervo móvel	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	jul/87			
PE	OLINDA	Igreja e Mosteiro de São Bento	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	jul/38	jul/38		
PE	OLINDA	Igreja da Misericórdia	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		ago/38		
PE	OLINDA	Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		mai/38		
PE	OLINDA	Igreja de Santa Teresa	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		ago/38		
PE	OLINDA	Convento e Igreja de Nossa	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	out/38	out/38		

		Senhora do Carmo						
PE	OLINDA	Igreja de Nossa Senhora do Monte	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	jul/38	jul/38		
PE	OLINDA	Capela de São Pedro Advíncula	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO	mar/66			
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		mar/38		
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo	EDIFICAÇÃO E ACERVO	TOMBADO		ago/52		

Fonte: elaborado pela autora (2022)

No campo da Biblioteconomia, pode-se dividir a prática da representação da informação em duas partes: a primeira refere-se à identificação de informações nos documentos; e a segunda na transcrição dessas informações em linguagem documentária. Nesse sentido, a verificação e análise do conteúdo de um documento se traduz por meio da representação dele em conceitos que, por seu turno, são traduzidos em termos de uma linguagem documentária. (CAVALCANTE, 2019).

Nesse documento, a classificação de “Edificação e Acervo” deixa explícito a que se refere o termo “Edificação” (às próprias construções das Igrejas), no entanto, no que tange ao termo “Acervo”, não há identificação disponível. A falta de informação detalhada, sob uma perspectiva descritiva, resultou na necessidade de realizar uma visita à sede da Superintendência do IPHAN em Pernambuco (ver Figura 2), onde ficam alocados a Biblioteca Almeida Cunha e o Arquivo Central da instituição. O objetivo dessa visita presencial, mesmo em tempos de pandemia e, assim, respeitando as noções de biossegurança recomendadas pelo local, foi fundametal para identificar as coleções dos acervos que constam na documentação do IPHAN inicialmente analisada pela Internet.

Figura 3 – Prédio da Superintendência do IPHAN em Pernambuco

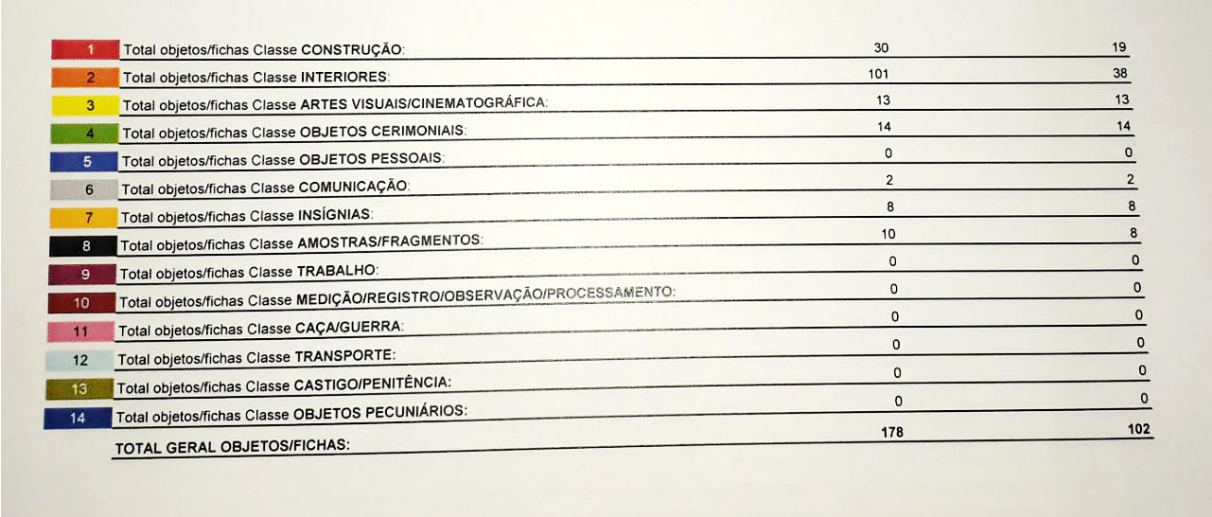
Fonte: Governo do Brasil (2022)

De acordo com Pomian (1984, p. 53), coleção é "[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público". Desse modo, as coleções tombadas presentes nessas Igrejas são bens protegidos e acessíveis para apreciação da população.

A identificação dos acervos de cada instituição se dá por meio dos Inventários de Bens Móveis e Integrados no qual esses itens são fotografados e descritos individualmente. Esses inventários estão disponíveis para consulta local no IPHAN e são separados de acordo com a Igreja da qual fazem parte ou na qual estão alocados.

Os inventários podem estar contidos em pastas ou cadernos, e são, em sua maioria, separados por coleções, como por exemplo: Artes Visuais; Insígnias; Amostras/Fragmentos; Interiores; Objetos Cerimoniais; Objetos Pessoais; Objetos Pecuniários; Trabalho; Transporte; Construção; Caça/Guerra; Medição/Registro/Observação/Processamento; Castigo/Penitência.

Figura 4 – Classificação presente no Controle do Acervo: Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora do Monte em Olinda/PE



1	Total objetos/fichas Classe CONSTRUÇÃO:	30	19
2	Total objetos/fichas Classe INTERIORES:	101	38
3	Total objetos/fichas Classe ARTES VISUAIS/CINEMATOGRÁFICA:	13	13
4	Total objetos/fichas Classe OBJETOS CERIMONIAIS:	14	14
5	Total objetos/fichas Classe OBJETOS PESSOAIS:	0	0
6	Total objetos/fichas Classe COMUNICAÇÃO:	2	2
7	Total objetos/fichas Classe INSÍGNIAS:	8	8
8	Total objetos/fichas Classe AMOSTRAS/FRAGMENTOS:	10	8
9	Total objetos/fichas Classe TRABALHO:	0	0
10	Total objetos/fichas Classe MEDIÇÃO/REGISTRO/OBSERVAÇÃO/PROCESSAMENTO:	0	0
11	Total objetos/fichas Classe CAÇA/GUERRA:	0	0
12	Total objetos/fichas Classe TRANSPORTE:	0	0
13	Total objetos/fichas Classe CASTIGO/PENITÊNCIA:	0	0
14	Total objetos/fichas Classe OBJETOS PECUNIÁRIOS:	0	0
	TOTAL GERAL OBJETOS/FICHAS:	178	102

Fonte: IPHAN (2007)

Dito isso, e considerados os 26 itens listados pelo IPHAN, foi possível identificar na pesquisa de campo, uma amostra de 17 inventários, listadas a seguir por Município.

- 11 igrejas localizadas em Recife:

Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares;

Igreja Matriz de Santo Antônio;

Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo;

Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira**;**

Igreja da Madre de Deus; Inventário da Igreja de São Gonçalo;

Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras;

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos;

Igreja de Nossa Senhora do Pilar;

Igreja de Nossa Senhora do Terço;

Igreja de São José do Ribamar.

- 4 igrejas localizadas em Olinda:

Igreja e Mosteiro de São Bento**;**

Igreja da Misericórdia**;**

Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda;

Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo;

- 2 igrejas localizadas em Jaboatão dos Guararapes:

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres;

Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo.

Por fim, com relação ao total de Igrejas elencadas pelo IPHAN, não foram localizados os inventários das seguintes instituições religiosas: Igreja de Santa Teresa (Olinda); Convento e Igreja de Santo Antônio (Recife); Convento e Igreja do Carmo do Recife; Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Santa Teresa (Recife); Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista (Recife); Igreja do Divino Espírito Santo (Recife) - seu inventário encontra-se em processo de restauração no setor de conservação do IPHAN.

Ademais, também não foram localizados os inventários das igrejas de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana (Recife); de Nossa Senhora do Monte (Olinda); e de São Pedro Advíncula (Olinda), no entanto, dessas três foram localizadas sua fiscalização (a primeira) e seu arrolamento preliminar (as duas últimas).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação de bens considerados como patrimônios mediante seus tombamentos evidencia a sua relevância para a história e memória, tendo em vista que esses símbolos permitem a visualização de elementos construtores da identidade social. Conforme afirmado pelo Papa Francisco (2015, online) na Carta Encíclica *Laudato Si*, que aborda o zelo com o ambiente, "É preciso integrar a história, a cultura e a arquitectura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original".

Retomando, dessa forma, a questão inicial desta pesquisa, que é a de identificar quais as coleções que constituem os acervos das Igrejas Católicas de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes tombados pelo IPHAN e sinalizados com os indexadores "Edificações e Acervos", pode-se considerar que a questão foi respondida e os objetivos foram alcançados. Atrelando o período limitado e a permanência do cenário pandêmico à extensão do material estudado, compreende-se que há margem para um estudo mais aprofundado e detalhado de cada documento apresentado, isto do ponto de vista de análises descritivas dos próprios cadernos.

Por fim, mediante o exposto, depreende-se que a pesquisa contribui no campo da Biblioteconomia ao propor a investigação das coleções desses acervos e auxiliar na sua identificação, o que dá margem a seu acesso. Propõe-se, enfim, uma continuidade deste estudo para que, no futuro, as coleções desses acervos sejam analisadas e devidamente divulgadas ao público em geral, contribuindo, assim, com a livre disseminação da informação que constitui a memória coletiva e a identidade nacional.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A Memory, individual and collective. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. (Ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 210-224.

ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotsche. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3w8AfCG. Acesso em: 15 nov. 2021.

BERNARDI, C. J.; CASTILHO, M. A. A religiosidade como elemento do desenvolvimento humano. **Interações,** Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 745-756, out./dez. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/sFN67. Acesso: 18 abr. 2022.

BORGES, A. **Sítio Arqueológico das Ruínas da Igreja do Outeiro da Glória**. Porto Seguro: [s. n.], 2021. Fotografia color. Disponível em: encurtador.com.br/tHIK5. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brazil** [sic]. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Portaria n° 92, de 5 de julho de 2012**. Aprova o regimento interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Acesse_o_Regimento_Interno_na_integra_aqui.pdf. Acesso em: 2 mai. 2022.

BRONSZTEIN, K. P.; SALCEDO, D. A. A visibilidade das religiões nos selos comemorativos brasileiros do século XX. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 25, p. 233-254, jan./mar. 2012.

CANDAU, J. (2014). O jogo social da memória e da identidade. *In:* o autor. (Ed.), **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALCANTE, C. S. M**emória, arte e filatelia**: indexação de documentos filatélicos da exposição de Albert Eckhout – 2002. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CORRÊA, A. T. **A missão da Igreja**. CNBB, 2018. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/missao-da-igreja/. Acesso em: 22 abr. 2022.

CRIPPA, G. Discutindo coleções: capitalismo e memória cultural. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101981. Acesso em: 13 nov. 2021.

FELIX, L. O. Política, memória e esquecimento. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Usos de memória**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 13-39.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FRANCISCO, P. **Carta Encíclica *Laudato Si*** (Sobre o cuidado da casa comum). Roma, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 20 abr. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. A.; DUMONT, S. M. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, maio/ago. 2015. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116732. Acesso em: 16 nov. 2021.

GOVERNO DO BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional. Acesso em: 5 abr. 2022.

GOVERNO DO BRASIL. **Iphan restaura anexo da Estação Central do Recife.** 2022. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-restaura-anexo-da-estacao-central-do-recife. Acesso em: 3 abr. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Catálogo**. [Notas da imagem das ruínas da Igreja de São Francisco de Assis do Outeiro da Glória]. Porto Seguro: IBGE, 2022. Disponível em: encurtador.com.br/bmpqF. Acesso em: 18 abr. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Bens Móveis e Integrados**. c2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1299. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Bens Tombados.** c2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Bens Tombados e Processos em Andamento**. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/aboAT. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural**. c2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Material**. c2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. c2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Tombamento.** [20--]. Disponível em: encurtador.com.br/hxEHN. Acesso em: 15 abr. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, J. **História e memórias**. 5. ed. Campinas: EDUCAMP, 2003

LOSS, M. M. **Valoração de acervo bibliográfico**: estudo de preservação do patrimônio histórico, cultural e científico de uma biblioteca universitária. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: lume.ufrgs.br/handle/10183/198704. Acesso em: 29 abr. 2022.

LOTMAN, Y. **Culture, Memory and History:** essays in cultural semiotics. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

SOUSA, R. P. M.; AZEVEDO NETTO, C. X.; OLIVEIRA, B. M. J. F. A efetividade dos mecanismos de proteção do patrimônio cultural na preservação da memória coletiva. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 9 n. 2, n. 2, p. 27-47, 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105716. Acesso em: 18 abr. 2022.

MENDONÇA, M. C. **Raízes da formação administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB; Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972, tomo I – Regimento de I a XVI.

MORAES, I. H. S. **Política, tecnologia e informação em saúde**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

MORIGI, V. *et. al*. Memória cultural na construção das identidades e mapas imaginários de práticas culturais étnicas. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 10, p. 1-10, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3676. Acesso em: 16 nov. 2021.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n. 10, p. 7-28, 1993.

POMIAN, K. Coleções. In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994. V.1: Memória-História. p. 51-86.

REISEWITZ, L. **Direito ambiental e patrimônio cultural**: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: J. de Oliveira, 2004.

ROCHA, S. Preservação de acervos. **Ágora**, v. 18, n. 38, p. 25-32, 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12371. Acesso em: 30 abr. 2022.

RODRIGUES, C.; BLATTMANN, U. Uso das fontes de informação para a geração de conhecimento organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 43-58, jul./dez. 2011. Disponível em: https://bit.ly/3nxvCiv. Acesso em: 17 nov. 2021.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Preservação do patrimônio documental arquivístico em ambiente digital. **Palabra clave**, Ensenada, v. 7, n. 1, oct. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/mzDVY. Acesso em: 21 abr. 2022.

SALCEDO, D. A. **Pernambuco nos selos postais comemorativos**. Recife: FacForm, 2010.

SCATOLINO, G.; TRINDADE, J. **Manual de direito administrativo**. 3. ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. Os direitos invisíveis. In: OLIVEIRA, F. de; PAULI, M. C. (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 307-334.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXO I – INVENTÁRIOS DAS COLEÇÕES PERTENCENTES ÀS IGREJAS TOMBADAS DE RECIFE

1. Inventário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares
2. Inventário da Igreja Matriz de Santo Antônio
3. Inventário da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo
4. Inventário da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira
5. Inventário da Igreja da Madre de Deus
6. Inventário da Igreja de São Gonçalo
7. Inventário da Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras
8. Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
9. Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Pilar
10. Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Terço
11. Inventário da Igreja de São José do Ribamar
12. Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana
    a. Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana: caracterização externa e cadastro de bens
    b. Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana: diagnóstico de conservação e relatório fotográfico

Figura 5 – Inventário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares

Fonte: IPHAN (2022)

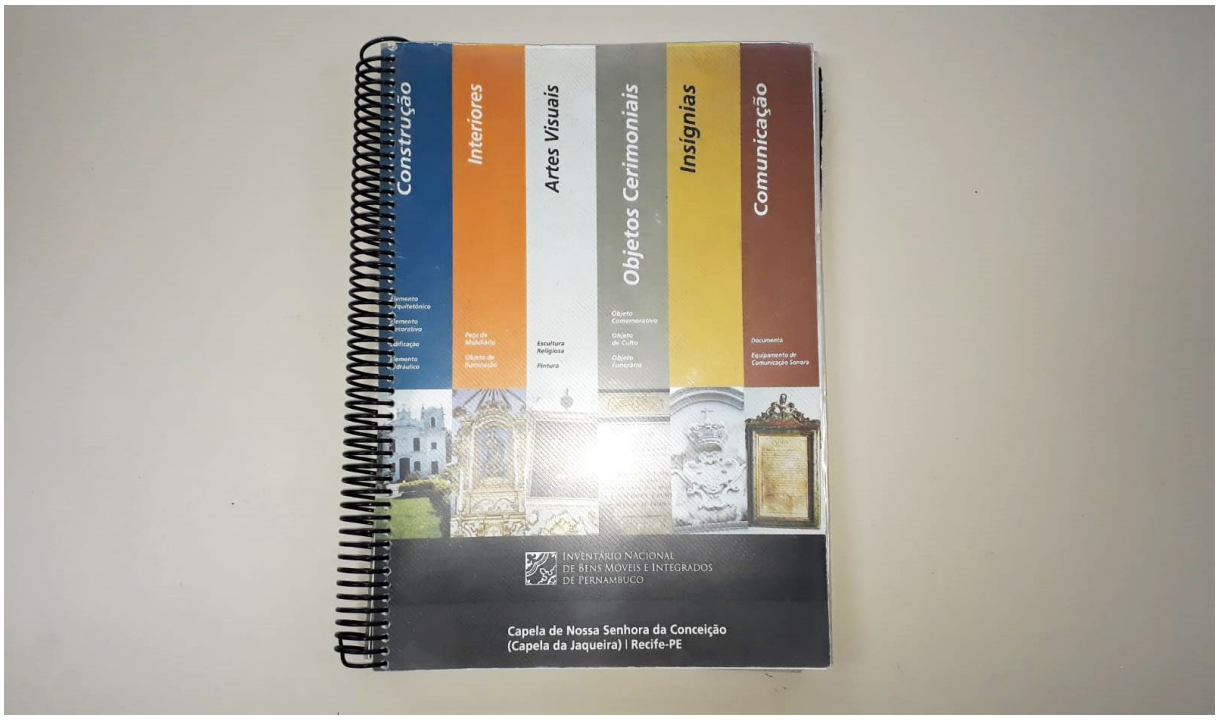
Figura 6 - Inventário da Igreja Matriz de Santo Antônio

Fonte: IPHAN (2022)

Figura 7 - Inventário da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

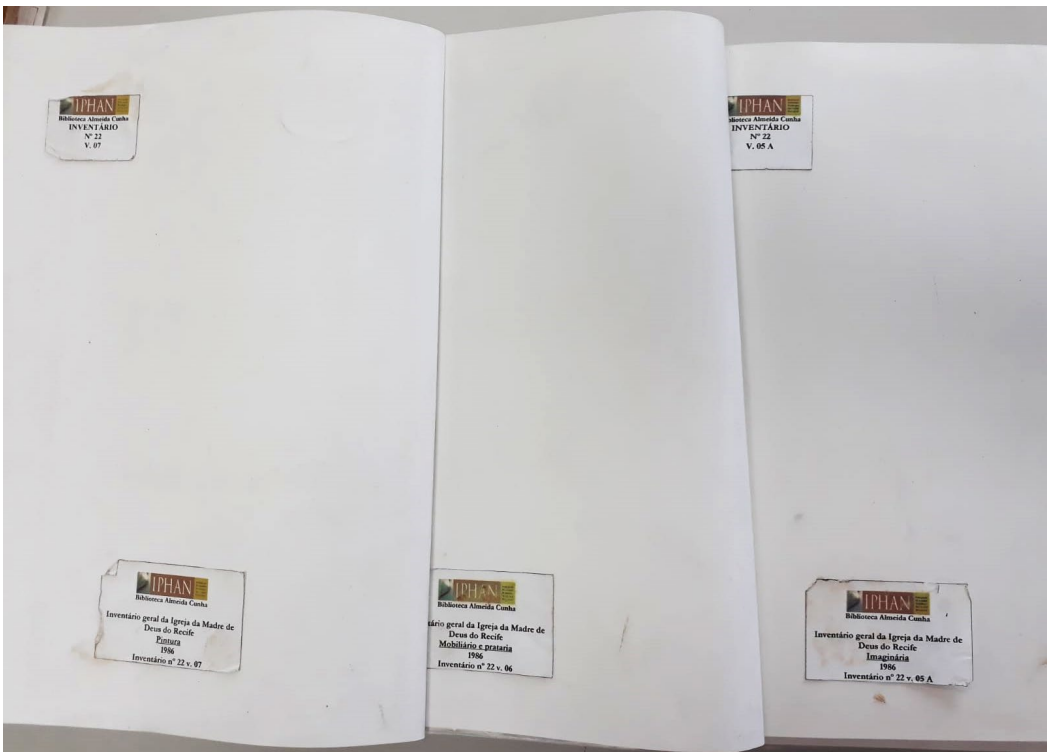
Fonte: IPHAN (2022)

Figura 8 - Inventário da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira



Fonte: IPHAN (2022)

Figura 9 - Inventário da Igreja da Madre de Deus

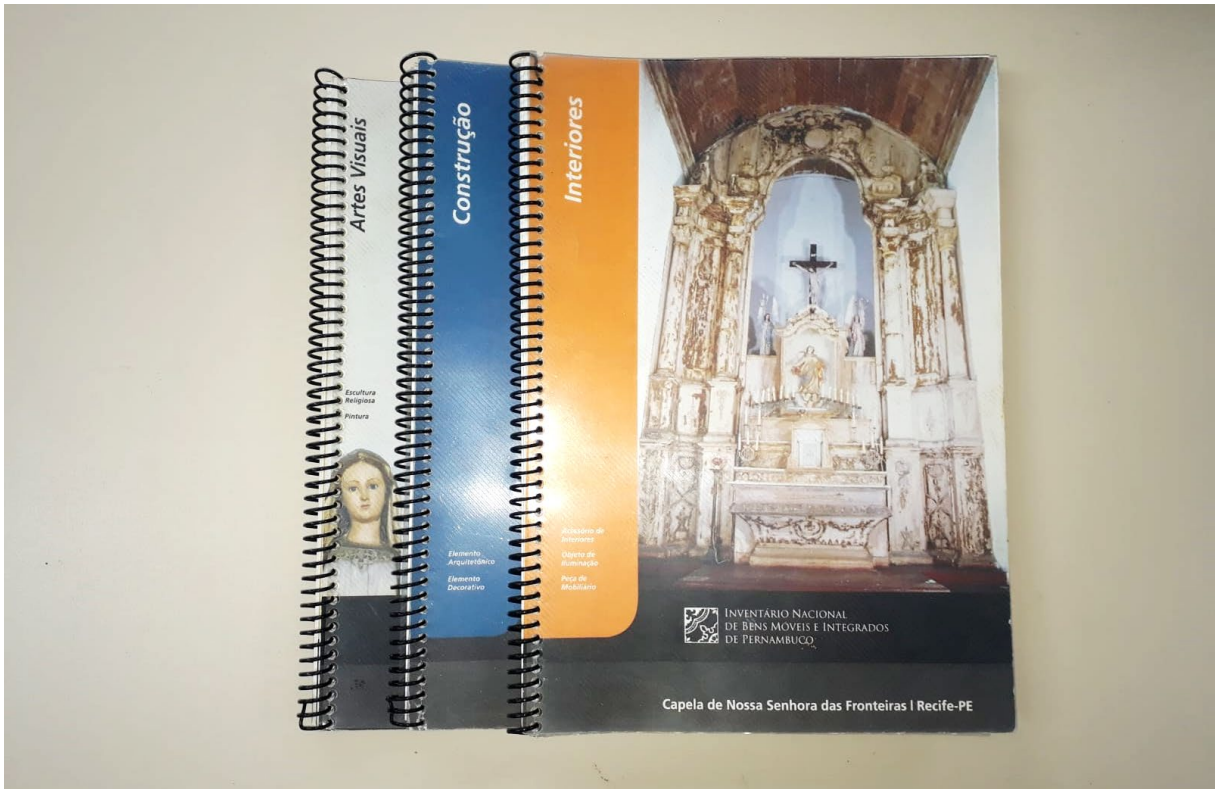


Fonte: IPHAN (1986)

Figura 10 – Inventário da Igreja de São Gonçalo

Fonte: IPHAN (2022)

Figura 11 - Inventário da Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras



Fonte: IPHAN (2022)

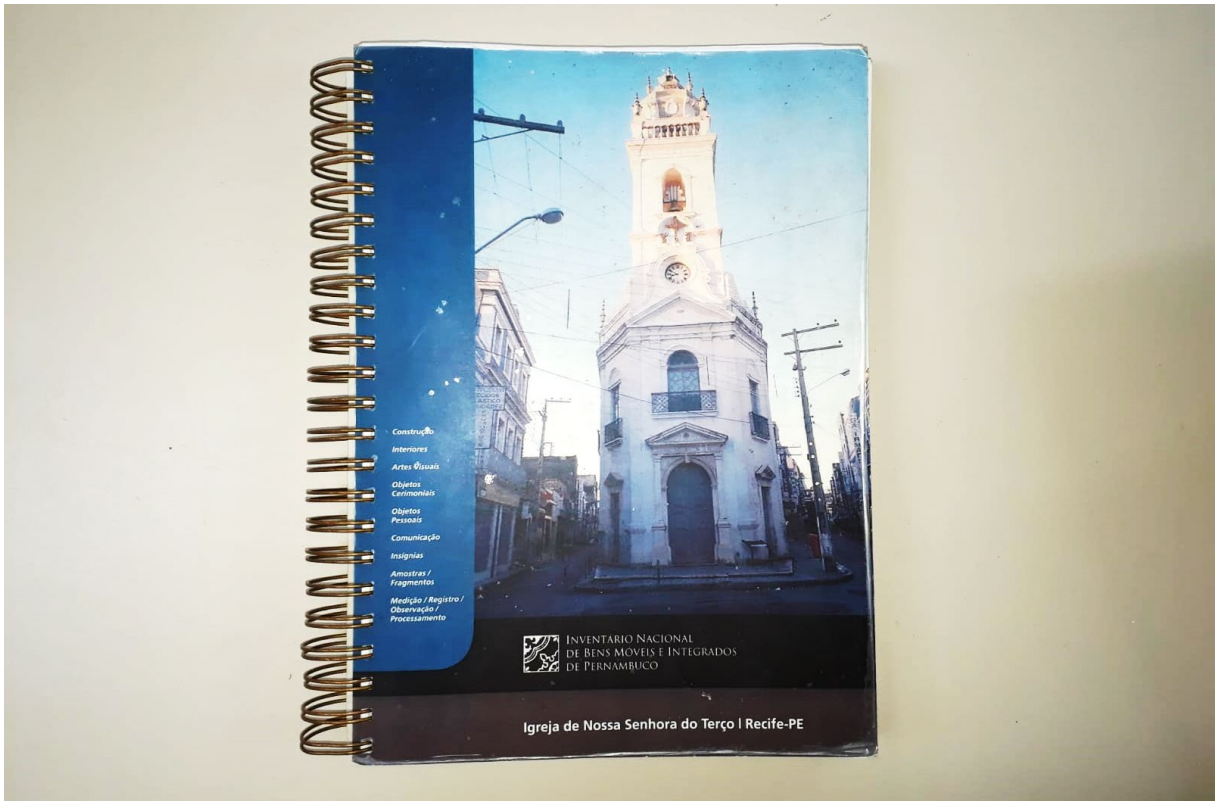
Figura 12 - Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Fonte: IPHAN (2022)

Figura 13 - Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Pilar

Fonte: IPHAN (2022)

Figura 14 - Inventário da Igreja de Nossa Senhora do Terço

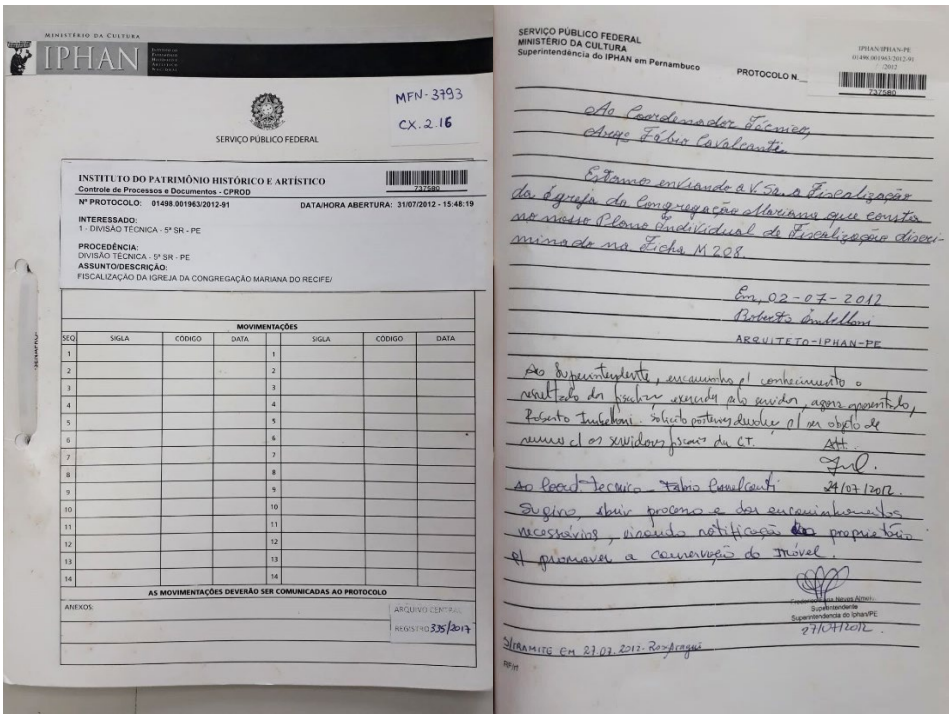


Fonte: IPHAN (2022)

Figura 15 - Inventário da Igreja de São José do Ribamar

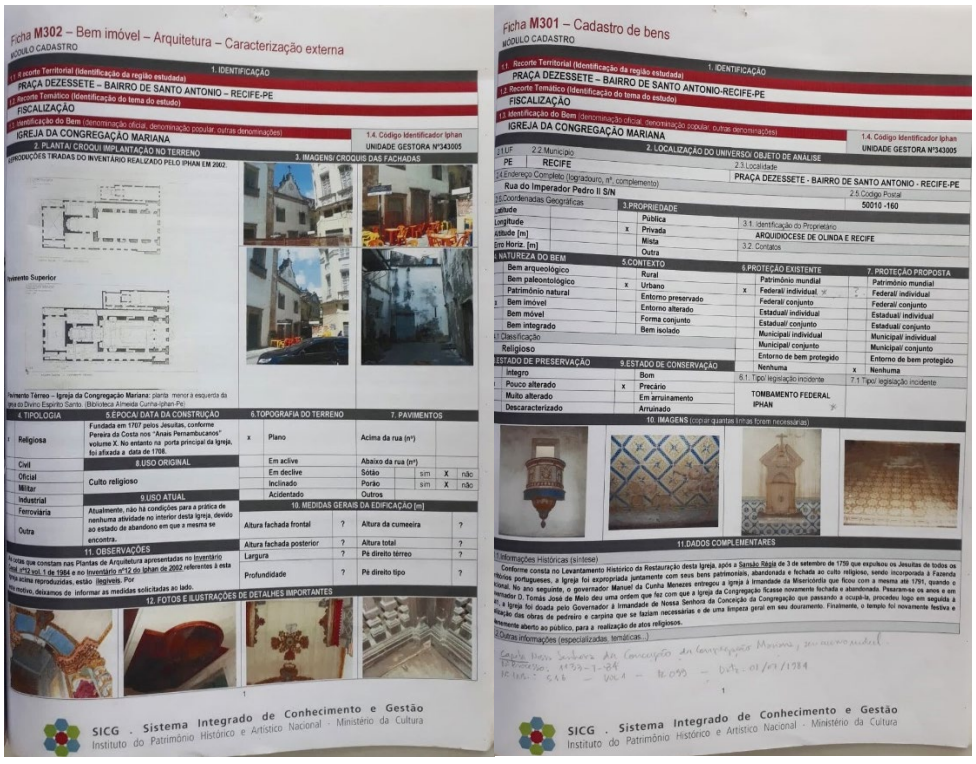
Fonte: IPHAN (2022)

Figura 16 – Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana



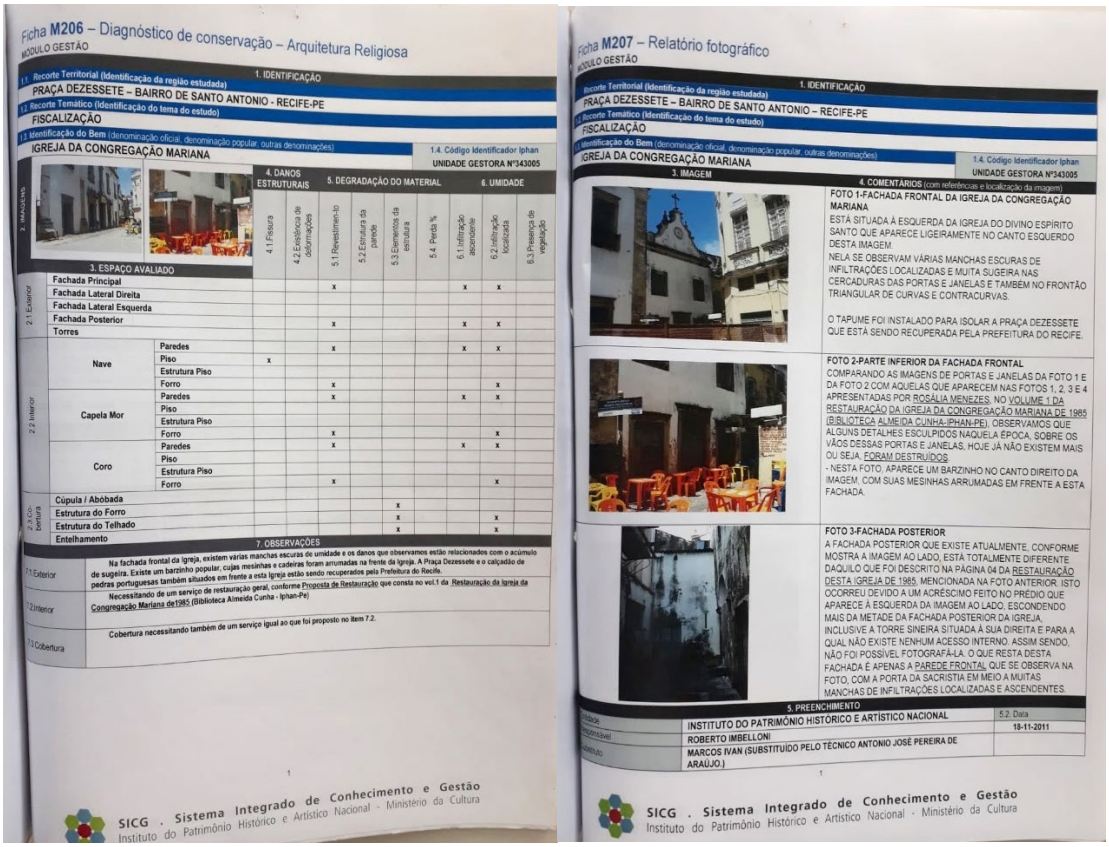
Fonte: IPHAN (2012)

Figura 17 – Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana: caracterização externa e cadastro de bens



Fonte: IPHAN (2012)

Figura 18 – Fiscalização da Igreja de N. Sra. da Conceição da Congregação Mariana: diagnóstico de conservação e relatório fotográfico



Ficha M206 – Diagnóstico de conservação – Arquitetura Religiosa

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada): PRAÇA DEZESSETE – BAIRRO DE SANTO ANTONIO - RECIFE-PE

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo): FISCALIZAÇÃO

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações): IGREJA DA CONGREGAÇÃO MARIANA

1.4. Código Identificador Iphan: UNIDADE GESTORA Nº343005

2. IMAGENS

3. ESPAÇO AVALIADO

			4. DANOS ESTRUTURAIS		5. DEGRADAÇÃO DO MATERIAL				6. UMIDADE		
			4.1 Fissura	4.2 Existência de deformações	5.1 Revestimento	5.2 Estrutura da parede	5.3 Elementos da estrutura	5.4 Perda %	6.1 Infiltração ascendente	6.2 Infiltração localizada	6.3 Presença de vegetação
2.1 Exterior	Fachada Principal				x				x	x	
	Fachada Lateral Direita										
	Fachada Lateral Esquerda										
	Fachada Posterior				x				x	x	
	Torres										
2.2 Interior	Nave	Paredes			x				x	x	
		Piso	x								
		Estrutura Piso									
		Forro			x					x	
	Capela Mor	Paredes			x				x	x	
		Piso									
		Estrutura Piso									
		Forro			x					x	
	Coro	Paredes			x				x	x	
		Piso									
		Estrutura Piso									
		Forro			x					x	
2.3 Cobertura	Cúpula / Abóbada										
	Estrutura do Forro						x				
	Estrutura do Telhado						x			x	
	Entelhamento						x			x	

7. OBSERVAÇÕES

7.1 Exterior: Na fachada frontal da Igreja, existem várias manchas escuras de umidade e os danos que observamos estão relacionados com o acúmulo de sugeira. Existe um barzinho popular, cujas mesinhas e cadeiras foram arrumadas na frente da Igreja. A Praça Dezesseis e o calçadão de pedras portuguesas também situados em frente a esta Igreja estão sendo recuperados pela Prefeitura do Recife.

7.2 Interior: Necessitando de um serviço de restauração geral, conforme Proposta de Restauração que consta no vol.1 da Restauração da Igreja da Congregação Mariana de1985 (Biblioteca Almeida Cunha - Iphan-Pe)

7.3 Cobertura: Cobertura necessitando também de um serviço igual ao que foi proposto no item 7.2.

SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada): PRAÇA DEZESSETE – BAIRRO DE SANTO ANTONIO – RECIFE-PE

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo): FISCALIZAÇÃO

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações): IGREJA DA CONGREGAÇÃO MARIANA

1.4. Código Identificador Iphan: UNIDADE GESTORA Nº343005

3. IMAGEM

4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)

FOTO 1-FACHADA FRONTAL DA IGREJA DA CONGREGAÇÃO MARIANA
ESTÁ SITUADA À ESQUERDA DA IGREJA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO QUE APARECE LIGEIRAMENTE NO CANTO ESQUERDO DESTA IMAGEM.
NELA SE OBSERVAM VÁRIAS MANCHAS ESCURAS DE INFILTRAÇÕES LOCALIZADAS E MUITA SUGEIRA NAS CERCADURAS DAS PORTAS E JANELAS E TAMBÉM NO FRONTÃO TRIANGULAR DE CURVAS E CONTRACURVAS.

O TAPUME FOI INSTALADO PARA ISOLAR A PRAÇA DEZESSETE QUE ESTÁ SENDO RECUPERADA PELA PREFEITURA DO RECIFE.

FOTO 2-PARTE INFERIOR DA FACHADA FRONTAL
COMPARANDO AS IMAGENS DE PORTAS E JANELAS DA FOTO 1 E DA FOTO 2 COM AQUELAS QUE APARECEM NAS FOTOS 1, 2, 3 E 4 APRESENTADAS POR ROSÁLIA MENEZES, NO VOLUME 1 DA RESTAURAÇÃO DA IGREJA DA CONGREGAÇÃO MARIANA DE 1985 (BIBLIOTECA ALMEIDA CUNHA-IPHAN-PE), OBSERVAMOS QUE ALGUNS DETALHES ESCULPIDOS NAQUELA ÉPOCA, SOBRE OS VÃOS DESSAS PORTAS E JANELAS, HOJE JÁ NÃO EXISTEM MAIS OU SEJA, FORAM DESTRUÍDOS.
- NESTA FOTO, APARECE UM BARZINHO NO CANTO DIREITO DA IMAGEM, COM SUAS MESINHAS ARRUMADAS EM FRENTE A ESTA FACHADA.

FOTO 3-FACHADA POSTERIOR
A FACHADA POSTERIOR QUE EXISTE ATUALMENTE, CONFORME MOSTRA A IMAGEM AO LADO, ESTÁ TOTALMENTE DIFERENTE DAQUILO QUE FOI DESCRITO NA PÁGINA 04 DA RESTAURAÇÃO DESTA IGREJA DE 1985, MENCIONADA NA FOTO ANTERIOR. ISTO OCORREU DEVIDO À UM ACRÉSCIMO FEITO NO PRÉDIO QUE APARECE À ESQUERDA DA IMAGEM AO LADO, ESCONDENDO MAIS DA METADE DA FACHADA POSTERIOR DA IGREJA, INCLUSIVE A TORRE SINEIRA SITUADA À SUA DIREITA E PARA A QUAL NÃO EXISTE NENHUM ACESSO INTERNO. ASSIM SENDO, NÃO FOI POSSÍVEL FOTOGRAFÁ-LA. O QUE RESTA DESTA FACHADA É APENAS A PAREDE FRONTAL QUE SE OBSERVA NA FOTO, COM A PORTA DA SACRISTIA EM MEIO A MUITAS MANCHAS DE INFILTRAÇÕES LOCALIZADAS E ASCENDENTES.

5. PREENCHIMENTO

Responsável	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	5.2. Data: 18-11-2011
	ROBERTO IMBELLONI	
Preenchido	MARCOS IVAN (SUBSTITUÍDO PELO TÉCNICO ANTONIO JOSÉ PEREIRA DE ARAÚJO.)	

SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

Fonte: IPHAN (2012)

ANEXO II – INVENTÁRIOS DAS COLEÇÕES PERTENCENTES ÀS IGREJAS TOMBADAS DE OLINDA

1. Inventário da Igreja e Mosteiro de São Bento
2. Inventário da Igreja da Misericórdia
3. Inventário da Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda
4. Inventário do Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo
    a. Ficha de identidade de imagens na Igreja de Nossa Senhora do Carmo
5. Arrolamento preliminar do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Monte
6. Arrolamento preliminar da Capela de São Pedro Advíncula

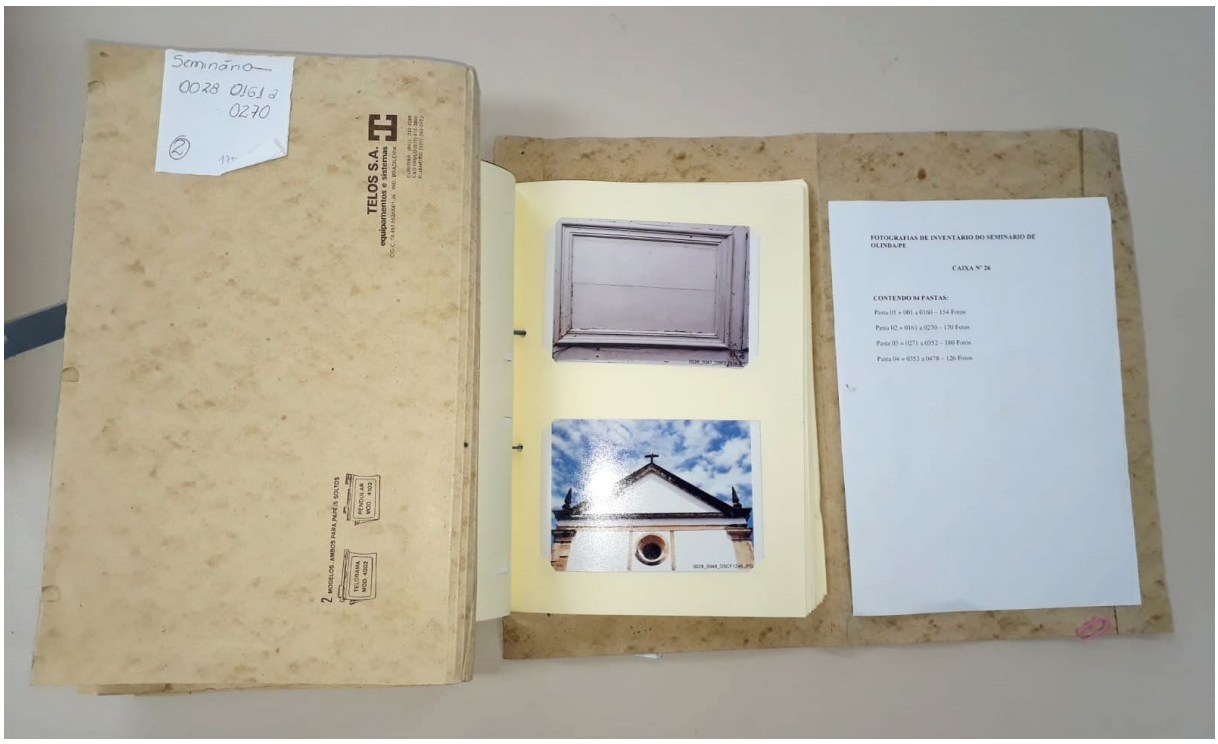
Figura 19 - Inventário da Igreja e Mosteiro de São Bento

Fonte: IPHAN (2022)

Figura 20 - Inventário da Igreja da Misericórdia

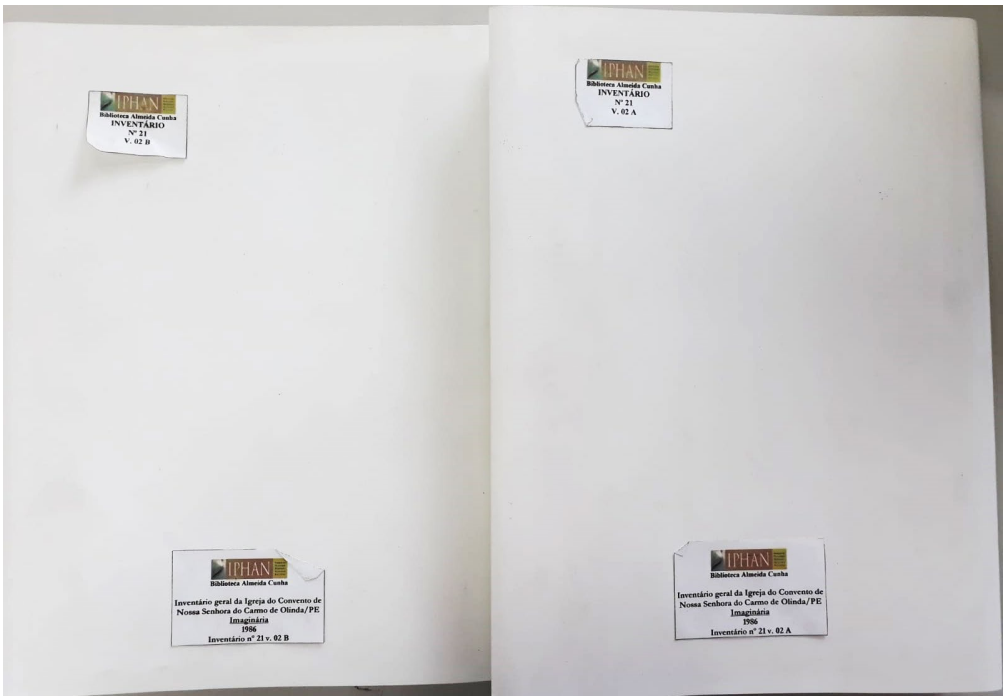
Fonte: IPHAN (2022)

Figura 21 - Inventário da Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda



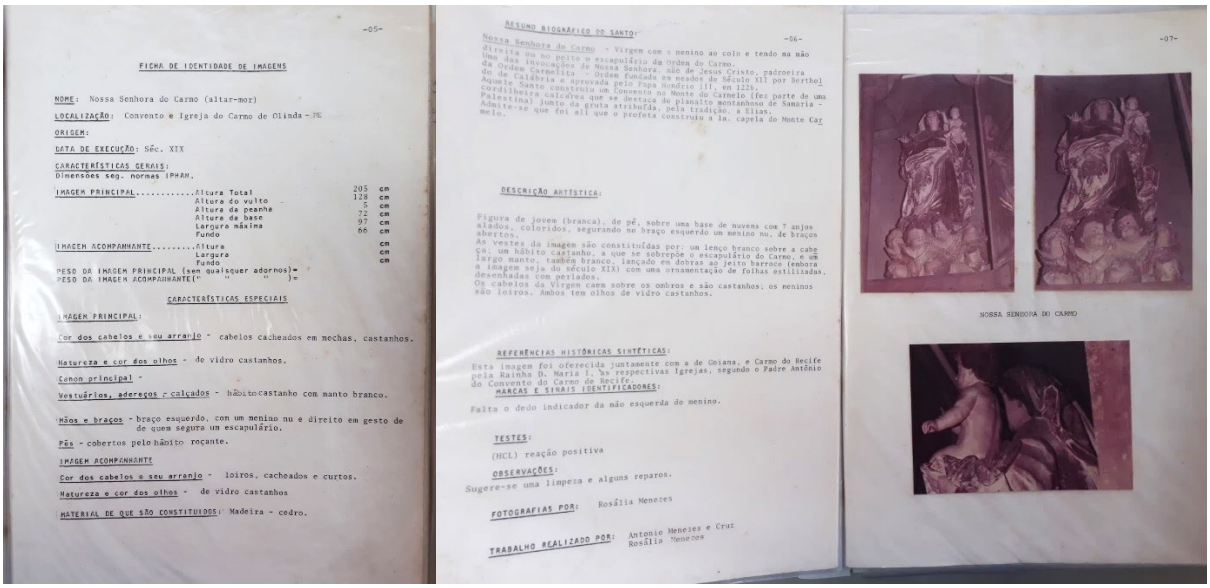
Fonte: IPHAN (2022)

Figura 22 - Inventário do Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: IPHAN (1986)

Figura 23 – Ficha de identidade de imagens na Igreja de Nossa Senhora do Carmo



-05-

FICHA DE IDENTIDADE DE IMAGENS

NOME: Nossa Senhora do Carmo (altar-mor)

LOCALIZAÇÃO: Convento e Igreja do Carmo de Olinda - PE

ORIGEM:

DATA DE EXECUÇÃO: Séc. XIX

CARACTERÍSTICAS GERAIS:
Dimensões seg. normas IPHAN.

IMAGEM PRINCIPAL.....	Altura Total	205	cm
	Altura do vulto	128	cm
	Altura de peanha	5	cm
	Altura da base	72	cm
	Largura máxima	97	cm
	Fundo	66	cm
IMAGEM ACOMPANHANTE.....	Altura		cm
	Largura		cm
	Fundo		cm

PESO DA IMAGEM PRINCIPAL (sem qualsquer adornos)=
PESO DA IMAGEM ACOMPANHANTE(" " ")=

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS

IMAGEM PRINCIPAL:

Cor dos cabelos e seu arranjo - cabelos cacheados em mechas, castanhos.

Natureza e cor dos olhos - de vidro castanhos.

Coroa principal -

Vestuários, adereços e calçados - hábito castanho com manto branco.

Mãos e braços - braço esquerdo, com um menino nu e direito em gesto de de quem segura um escapulário.

Pés - cobertos pelo hábito roçante.

IMAGEM ACOMPANHANTE

Cor dos cabelos e seu arranjo - loiros, cacheados e curtos.

Natureza e cor dos olhos - de vidro castanhos

MATERIAL DE QUE SÃO CONSTITUIDOS: Madeira - cedro.

-06-

RESUMO BIOGRÁFICO DO SANTO:

Nossa Senhora do Carmo - Virgem com o menino ao colo e tendo na mão direita ou no peito o escapulário da Ordem do Carmo.
Uma das invocações de Nossa Senhora.
da Ordem Carmelita - Ordem fundada em meados do Século XII por Berthol de Calábria e aprovada pelo Papa Honório III, em 1226.
Aquele Santo construiu um Convento no Monte do Carmelo (fez parte de uma cordilheira calcárea que se destaca do planalto montanhoso de Samaria - Palestina) junto da gruta atribuída, pela tradição, a Elias.
Admite-se que foi ali que o profeta construiu a 1a. capela do Monte Carmelo.

DESCRIÇÃO ARTÍSTICA:

Figura de jovem (branca), de pé, sobre uma base de nuvens com 7 anjos alados, coloridos, segurando no braço esquerdo um menino nu, de braços abertos.
As vestes da imagem são constituídas por: um lenço branco sobre a cabeça, um hábito castanho, a que se sobrepõe o escapulário do Carmo, e um largo manto, também branco, lançado em dobras ao jeito barroco (embora a imagem seja do século XIX) com uma ornamentação de folhas estilizadas, desenhadas com perlados.
Os cabelos da Virgem caem sobre os ombros e são castanhos; os meninos são loiros. Ambos tem olhos de vidro castanhos.

REFERÊNCIAS HISTÓRICAS SINTÉTICAS:

Esta imagem foi oferecida juntamente com a de Goiana, e Carmo do Recife pela Rainha D. Maria I, às respectivas Igrejas, segundo o Padre Antônio do Convento do Carmo de Recife.

MARCAS E SINAIS IDENTIFICADORES:

Falta o dedo indicador da mão esquerda do menino.

TESTES:

(HCL) reação positiva

OBSERVAÇÕES:

Sugere-se uma limpeza e alguns reparos.

FOTOGRAFIAS POR: Rosália Meneses

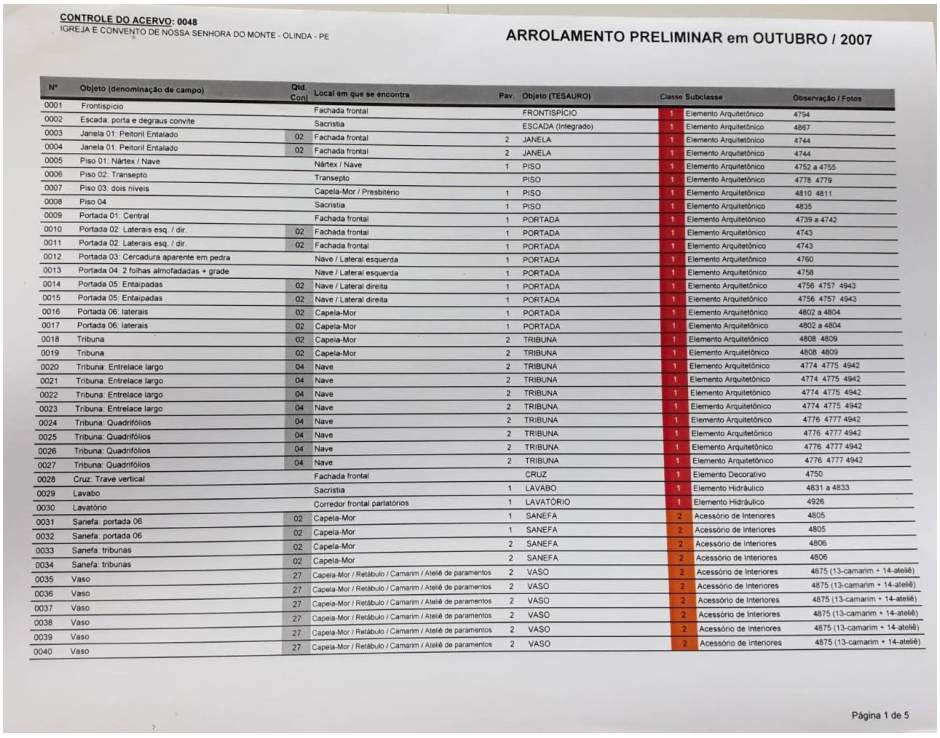
TRABALHO REALIZADO POR: Antonio Menezes e Cruz
Rosália Meneses

-07-

NOSSA SENHORA DO CARMO

Fonte: IPHAN (2022)

Figura 24 – Arrolamento preliminar do acervo da Igreja de Nossa Senhora do Monte



CONTROLE DO ACERVO: 0048
IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO MONTE - OLINDA - PE

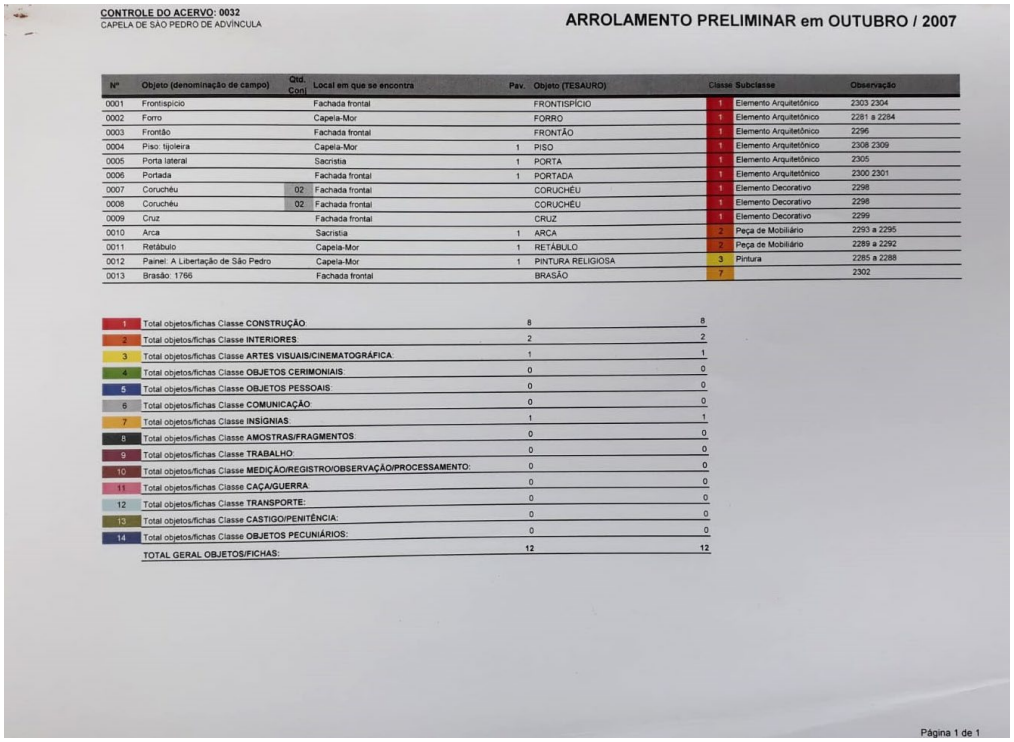
ARROLAMENTO PRELIMINAR em OUTUBRO / 2007

Nº	Objeto (denominação de campo)	Qtd. Conj.	Local em que se encontra	Pav.	Objeto (TESAURO)	Classe	Subclasse	Observação / Fotos
0001	Frontispício		Fachada frontal		FRONTISPÍCIO	1	Elemento Arquitetônico	4794
0002	Escada: porta e degraus convite		Sacristia		ESCADA (Integrado)	1	Elemento Arquitetônico	4867
0003	Janela 01: Peitoril Entalado	02	Fachada frontal	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	4744
0004	Janela 01: Peitoril Entalado	02	Fachada frontal	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	4744
0005	Piso 01: Nártex / Nave		Nártex / Nave	1	PISO	1	Elemento Arquitetônico	4752 a 4755
0006	Piso 02: Transepto		Transepto		PISO	1	Elemento Arquitetônico	4778 4779
0007	Piso 03: dois níveis		Capela-Mor / Presbitério	1	PISO	1	Elemento Arquitetônico	4810 4811
0008	Piso 04		Sacristia	1	PISO	1	Elemento Arquitetônico	4835
0009	Portada 01: Central		Fachada frontal	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4739 a 4742
0010	Portada 02: Laterais esq. / dir.	02	Fachada frontal	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4743
0011	Portada 02: Laterais esq. / dir.	02	Fachada frontal	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4743
0012	Portada 03: Cercadura aparente em pedra		Nave / Lateral esquerda	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4760
0013	Portada 04: 2 folhas almofadadas + grade		Nave / Lateral esquerda	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4758
0014	Portada 05: Entaipadas	02	Nave / Lateral direita	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4756 4757 4943
0015	Portada 05: Entaipadas	02	Nave / Lateral direita	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4756 4757 4943
0016	Portada 06: laterais	02	Capela-Mor	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4802 a 4804
0017	Portada 06: laterais	02	Capela-Mor	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	4802 a 4804
0018	Tribuna	02	Capela-Mor	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4808 4809
0019	Tribuna	02	Capela-Mor	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4808 4809
0020	Tribuna: Entrelace largo	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4774 4775 4942
0021	Tribuna: Entrelace largo	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4774 4775 4942
0022	Tribuna: Entrelace largo	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4774 4775 4942
0023	Tribuna: Entrelace largo	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4774 4775 4942
0024	Tribuna: Quadrifólios	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4776 4777 4942
0025	Tribuna: Quadrifólios	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4776 4777 4942
0026	Tribuna: Quadrifólios	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4776 4777 4942
0027	Tribuna: Quadrifólios	04	Nave	2	TRIBUNA	1	Elemento Arquitetônico	4776 4777 4942
0028	Cruz: Trave vertical		Fachada frontal		CRUZ	1	Elemento Decorativo	4750
0029	Lavabo		Sacristia	1	LAVABO	1	Elemento Hidráulico	4831 a 4833
0030	Lavatório		Corredor frontal parlatórios	1	LAVATÓRIO	1	Elemento Hidráulico	4926
0031	Sanefa: portada 06	02	Capela-Mor	1	SANEFA	2	Acessório de Interiores	4805
0032	Sanefa: portada 06	02	Capela-Mor	1	SANEFA	2	Acessório de Interiores	4805
0033	Sanefa: tribunas	02	Capela-Mor	2	SANEFA	2	Acessório de Interiores	4806
0034	Sanefa: tribunas	02	Capela-Mor	2	SANEFA	2	Acessório de Interiores	4806
0035	Vaso	27	Capela-Mor / Retábulo / Camarim / Ateliê de paramentos	2	VASO	2	Acessório de Interiores	4875 (13-camarim + 14-ateliê)
0036	Vaso	27	Capela-Mor / Retábulo / Camarim / Ateliê de paramentos	2	VASO	2	Acessório de Interiores	4875 (13-camarim + 14-ateliê)
0037	Vaso	27	Capela-Mor / Retábulo / Camarim / Ateliê de paramentos	2	VASO	2	Acessório de Interiores	4875 (13-camarim + 14-ateliê)
0038	Vaso	27	Capela-Mor / Retábulo / Camarim / Ateliê de paramentos	2	VASO	2	Acessório de Interiores	4875 (13-camarim + 14-ateliê)
0039	Vaso	27	Capela-Mor / Retábulo / Camarim / Ateliê de paramentos	2	VASO	2	Acessório de Interiores	4875 (13-camarim + 14-ateliê)
0040	Vaso	27	Capela-Mor / Retábulo / Camarim / Ateliê de paramentos	2	VASO	2	Acessório de Interiores	4875 (13-camarim + 14-ateliê)

Página 1 de 5

Fonte: IPHAN (2007)

Figura 25 – Arrolamento preliminar da Capela de São Pedro Advíncula



CONTROLE DO ACERVO: 0032
CAPELA DE SÃO PEDRO DE ADVÍNCULA

ARROLAMENTO PRELIMINAR em OUTUBRO / 2007

Nº	Objeto (denominação de campo)	Qtd. Conj.	Local em que se encontra	Pav.	Objeto (TESAURO)	Classe	Subclasse	Observação
0001	Frontispício		Fachada frontal		FRONTISPÍCIO	1	Elemento Arquitetônico	2303 2304
0002	Forro		Capela-Mor		FORRO	1	Elemento Arquitetônico	2281 a 2284
0003	Frontão		Fachada frontal		FRONTÃO	1	Elemento Arquitetônico	2296
0004	Piso: tijoleira		Capela-Mor	1	PISO	1	Elemento Arquitetônico	2308 2309
0005	Porta lateral		Sacristia	1	PORTA	1	Elemento Arquitetônico	2305
0006	Portada		Fachada frontal	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	2300 2301
0007	Coruchéu	02	Fachada frontal		CORUCHÉU	1	Elemento Decorativo	2298
0008	Coruchéu	02	Fachada frontal		CORUCHÉU	1	Elemento Decorativo	2298
0009	Cruz		Fachada frontal		CRUZ	1	Elemento Decorativo	2299
0010	Arca		Sacristia	1	ARCA	2	Peça de Mobiliário	2293 a 2295
0011	Retábulo		Capela-Mor	1	RETÁBULO	2	Peça de Mobiliário	2289 a 2292
0012	Painel: A Libertação de São Pedro		Capela-Mor	1	PINTURA RELIGIOSA	3	Pintura	2285 a 2288
0013	Brasão: 1766		Fachada frontal		BRASÃO	7		2302

1	Total objetos/fichas Classe CONSTRUÇÃO:	8	8
2	Total objetos/fichas Classe INTERIORES:	2	2
3	Total objetos/fichas Classe ARTES VISUAIS/CINEMATOGRÁFICA:	1	1
4	Total objetos/fichas Classe OBJETOS CERIMONIAIS:	0	0
5	Total objetos/fichas Classe OBJETOS PESSOAIS:	0	0
6	Total objetos/fichas Classe COMUNICAÇÃO:	0	0
7	Total objetos/fichas Classe INSÍGNIAS:	1	1
8	Total objetos/fichas Classe AMOSTRAS/FRAGMENTOS:	0	0
9	Total objetos/fichas Classe TRABALHO:	0	0
10	Total objetos/fichas Classe MEDIÇÃO/REGISTRO/OBSERVAÇÃO/PROCESSAMENTO:	0	0
11	Total objetos/fichas Classe CAÇA/GUERRA:	0	0
12	Total objetos/fichas Classe TRANSPORTE:	0	0
13	Total objetos/fichas Classe CASTIGO/PENITÊNCIA:	0	0
14	Total objetos/fichas Classe OBJETOS PECUNIÁRIOS:	0	0
	TOTAL GERAL OBJETOS/FICHAS:	12	12

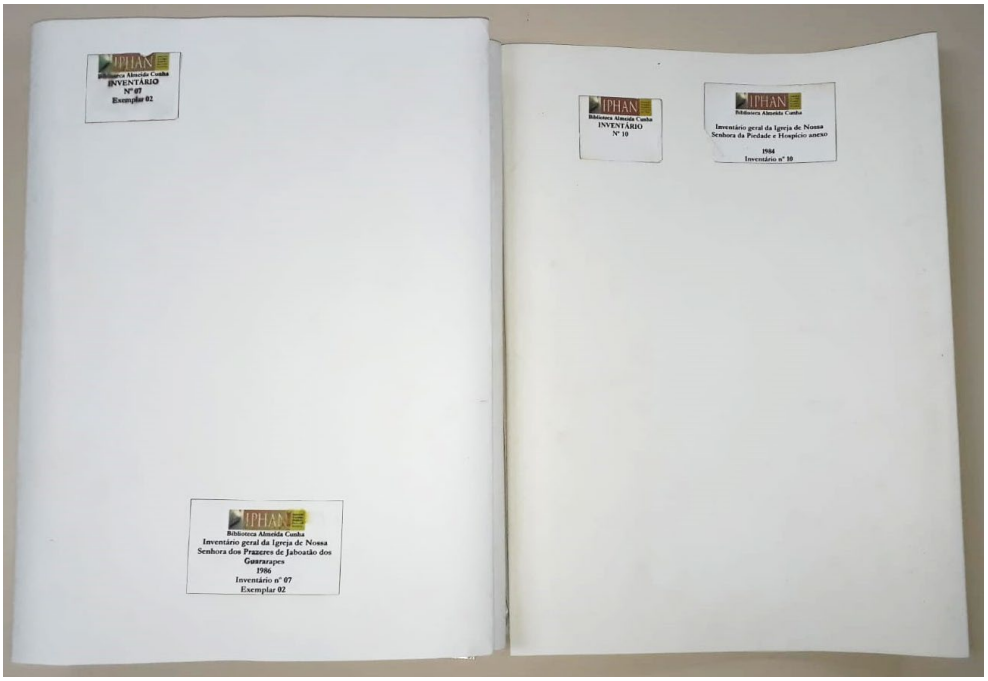
Página 1 de 1

Fonte: IPHAN (2007)

ANEXO III – INVENTÁRIOS DAS COLEÇÕES PERTENCENTES ÀS IGREJAS TOMBADAS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

1. Inventários das Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo
    a. Parte interna do inventário da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo
    b. Papel de azulejos do altar da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo
    c. Conclusão do inventário com relação ao processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo
    d. Parte interna do inventário da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres
    e. Bens tombados na Igreja de Nossa dos Prazeres (Ourivesaria e Prataria)
    f. Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora da Piedade
    g. Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres

Figura 26 - Inventários das Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo



Fonte: IPHAN (1986)

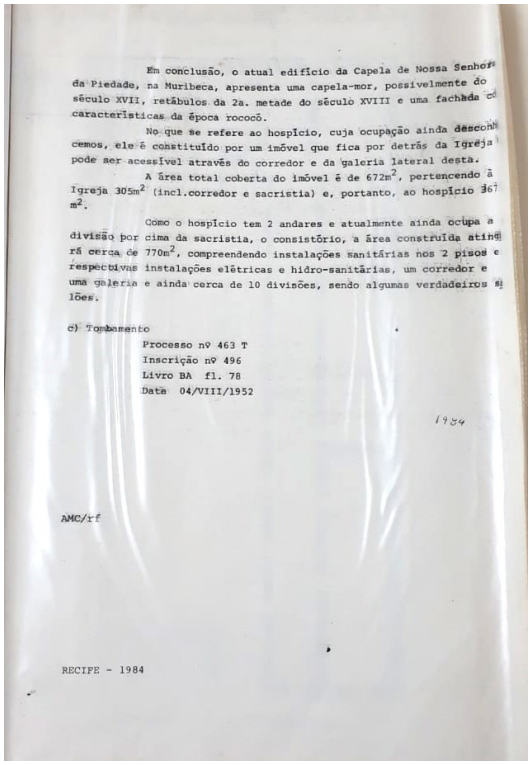
Figura 27 – Parte interna do inventário da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo

Fonte: IPHAN (1986)

Figura 28 – Papel de azulejos do altar da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo

Fonte: IPHAN (1986)

Figura 29 – Conclusão do inventário com relação ao processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Piedade ou Igreja do Hospício do Carmo



Em conclusão, o atual edifício da Capela de Nossa Senhora da Piedade, na Muribeca, apresenta uma capela-mor, possivelmente do século XVII, retábulos da 2a. metade do século XVIII e uma fachada com características da época rococó.

No que se refere ao hospício, cuja ocupação ainda desconhecemos, ele é constituído por um imóvel que fica por detrás da Igreja pode ser acessível através do corredor e da galeria lateral desta.

A área total coberta do imóvel é de 672m², pertencendo à Igreja 305m² (incl.corredor e sacristia) e, portanto, ao hospício 367 m².

Como o hospício tem 2 andares e atualmente ainda ocupa a divisão por cima da sacristia, o consistório, a área construída atingirá cerca de 770m², compreendendo instalações sanitárias nos 2 pisos e respectivas instalações elétricas e hidro-sanitárias, um corredor e uma galeria e ainda cerca de 10 divisões, sendo algumas verdadeiros salões.

c) Tombamento

Processo nº 463 T
Inscrição nº 496
Livro BA fl. 78
Data 04/VIII/1952

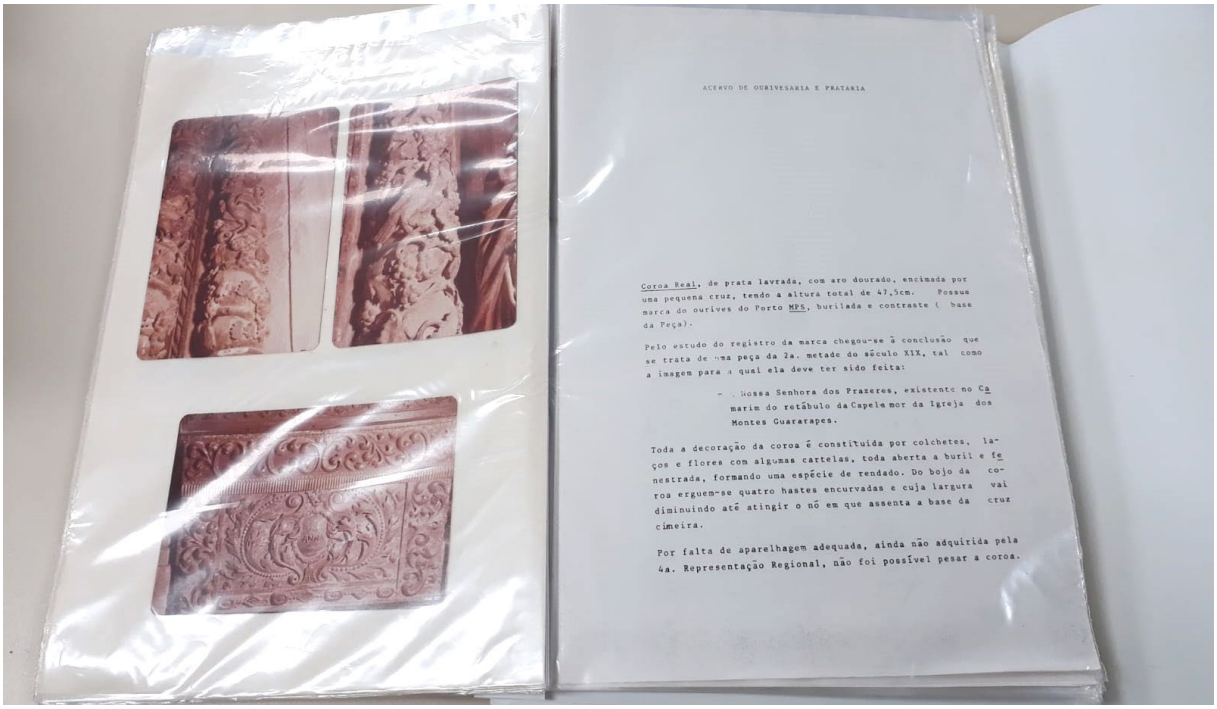
1984

AMC/rf

RECIFE - 1984

Fonte: IPHAN (1984)

Figura 30 – Parte interna do inventário da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



ACERVO DE OURIVESARIA E PRATARIA

Coroa Real, de prata lavrada, com aro dourado, encimada por uma pequena cruz, tendo a altura total de 47,5cm. Possue marca do ourives do Porto MPS, burilada e contraste (base da Peça).

Pelo estudo do registro da marca chegou-se à conclusão que se trata de uma peça da 2a. metade do século XIX, tal como a imagem para a qual ela deve ter sido feita:

- Nossa Senhora dos Prazeres, existente no Camarim do retábulo da Capela-mor da Igreja dos Montes Guararapes.

Toda a decoração da coroa é constituída por colchetes, laços e flores com algumas cartelas, toda aberta a buril e festonada, formando uma espécie de rendado. Do bojo da coroa erguem-se quatro hastes encurvadas e cuja largura vai diminuindo até atingir o nó em que assenta a base da cruz cimeira.

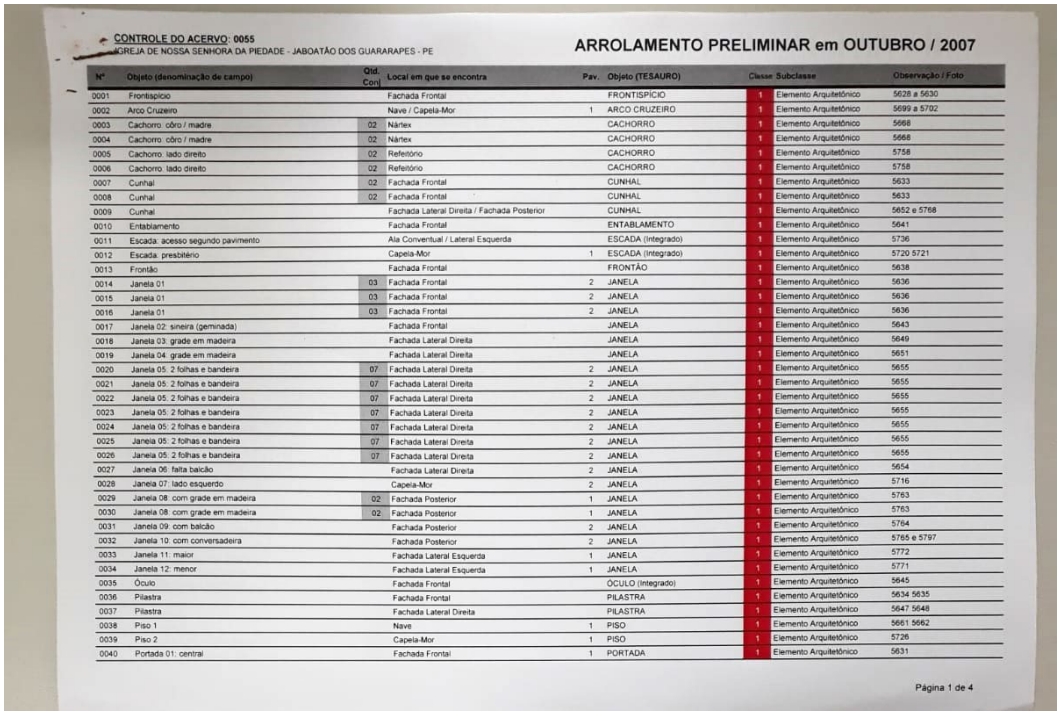
Por falta de aparelhagem adequada, ainda não adquirida pela 4a. Representação Regional, não foi possível pesar a coroa.

Fonte: IPHAN (1986)

Figura 31 – Bens tombados na Igreja de Nossa dos Prazeres (Ourivesaria e Prataria)

Fonte: IPHAN (1986)

Figura 32 – Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora da Piedade



CONTROLE DO ACERVO: 0055
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

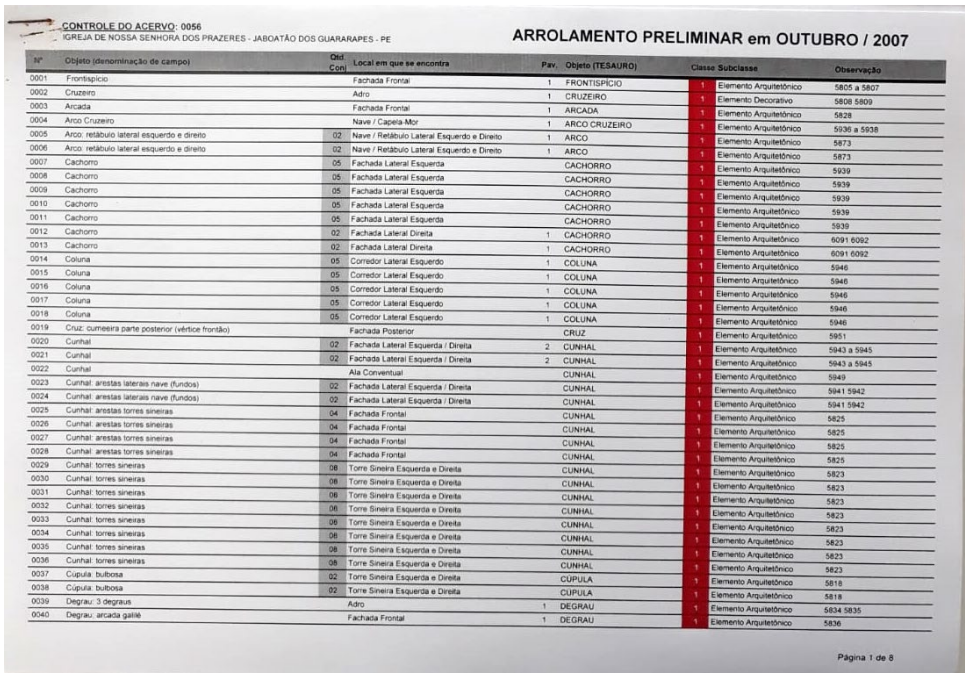
ARROLAMENTO PRELIMINAR em OUTUBRO / 2007

Nº	Objeto (denominação de campo)	Qtd. Conj	Local em que se encontra	Pav.	Objeto (TESAURO)	Classe	Subclasse	Observação / Foto
0001	Frontispício		Fachada Frontal		FRONTISPÍCIO	1	Elemento Arquitetônico	5628 a 5630
0002	Arco Cruzeiro		Nave / Capela-Mor	1	ARCO CRUZEIRO	1	Elemento Arquitetônico	5699 a 5702
0003	Cachorro: côro / madre	02	Nártex		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5668
0004	Cachorro: côro / madre	02	Nártex		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5668
0005	Cachorro: lado direito	02	Refeitório		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5758
0006	Cachorro: lado direito	02	Refeitório		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5758
0007	Cunhal	02	Fachada Frontal		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5633
0008	Cunhal	02	Fachada Frontal		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5633
0009	Cunhal		Fachada Lateral Direita / Fachada Posterior		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5652 e 5768
0010	Entablamento		Fachada Frontal		ENTABLAMENTO	1	Elemento Arquitetônico	5641
0011	Escada: acesso segundo pavimento		Ala Conventual / Lateral Esquerda		ESCADA (Integrado)	1	Elemento Arquitetônico	5736
0012	Escada: presbitério		Capela-Mor	1	ESCADA (Integrado)	1	Elemento Arquitetônico	5720 5721
0013	Frontão		Fachada Frontal		FRONTÃO	1	Elemento Arquitetônico	5638
0014	Janela 01	03	Fachada Frontal	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5636
0015	Janela 01	03	Fachada Frontal	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5636
0016	Janela 01	03	Fachada Frontal	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5636
0017	Janela 02: sineira (geminada)		Fachada Frontal		JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5643
0018	Janela 03: grade em madeira		Fachada Lateral Direita		JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5649
0019	Janela 04: grade em madeira		Fachada Lateral Direita		JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5651
0020	Janela 05: 2 folhas e bandeira	07	Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5655
0021	Janela 05: 2 folhas e bandeira	07	Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5655
0022	Janela 05: 2 folhas e bandeira	07	Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5655
0023	Janela 05: 2 folhas e bandeira	07	Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5655
0024	Janela 05: 2 folhas e bandeira	07	Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5655
0025	Janela 05: 2 folhas e bandeira	07	Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5655
0026	Janela 05: 2 folhas e bandeira	07	Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5655
0027	Janela 06: falta balcão		Fachada Lateral Direita	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5654
0028	Janela 07: lado esquerdo		Capela-Mor	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5716
0029	Janela 08: com grade em madeira	02	Fachada Posterior	1	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5763
0030	Janela 08: com grade em madeira	02	Fachada Posterior	1	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5763
0031	Janela 09: com balcão		Fachada Posterior	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5764
0032	Janela 10: com conversadeira		Fachada Posterior	2	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5765 e 5797
0033	Janela 11: maior		Fachada Lateral Esquerda	1	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5772
0034	Janela 12: menor		Fachada Lateral Esquerda	1	JANELA	1	Elemento Arquitetônico	5771
0035	Óculo		Fachada Frontal		ÓCULO (Integrado)	1	Elemento Arquitetônico	5645
0036	Pilastra		Fachada Frontal		PILASTRA	1	Elemento Arquitetônico	5634 5635
0037	Pilastra		Fachada Lateral Direita		PILASTRA	1	Elemento Arquitetônico	5647 5648
0038	Piso 1		Nave	1	PISO	1	Elemento Arquitetônico	5661 5662
0039	Piso 2		Capela-Mor	1	PISO	1	Elemento Arquitetônico	5726
0040	Portada 01: central		Fachada Frontal	1	PORTADA	1	Elemento Arquitetônico	5631

Página 1 de 4

Fonte: IPHAN (2007)

Figura 33 – Arrolamento preliminar da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



CONTROLE DO ACERVO: 0056
IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

ARROLAMENTO PRELIMINAR em OUTUBRO / 2007

Nº	Objeto (denominação de campo)	Qtd Conj	Local em que se encontra	Pav.	Objeto (TESAURO)	Classe	Subclasse	Observação
0001	Frontispício		Fachada Frontal	1	FRONTISPÍCIO	1	Elemento Arquitetônico	5805 a 5807
0002	Cruzeiro		Adro	1	CRUZEIRO	1	Elemento Decorativo	5808 5809
0003	Arcada		Fachada Frontal	1	ARCADA	1	Elemento Arquitetônico	5828
0004	Arco Cruzeiro		Nave / Capela-Mor	1	ARCO CRUZEIRO	1	Elemento Arquitetônico	5936 a 5938
0005	Arco: retábulo lateral esquerdo e direito	02	Nave / Retábulo Lateral Esquerdo e Direito	1	ARCO	1	Elemento Arquitetônico	5873
0006	Arco: retábulo lateral esquerdo e direito	02	Nave / Retábulo Lateral Esquerdo e Direito	1	ARCO	1	Elemento Arquitetônico	5873
0007	Cachorro	05	Fachada Lateral Esquerda		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5939
0008	Cachorro	05	Fachada Lateral Esquerda		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5939
0009	Cachorro	05	Fachada Lateral Esquerda		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5939
0010	Cachorro	05	Fachada Lateral Esquerda		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5939
0011	Cachorro	05	Fachada Lateral Esquerda		CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	5939
0012	Cachorro	02	Fachada Lateral Direita	1	CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	6091 6092
0013	Cachorro	02	Fachada Lateral Direita	1	CACHORRO	1	Elemento Arquitetônico	6091 6092
0014	Coluna	05	Corredor Lateral Esquerdo	1	COLUNA	1	Elemento Arquitetônico	5946
0015	Coluna	05	Corredor Lateral Esquerdo	1	COLUNA	1	Elemento Arquitetônico	5946
0016	Coluna	05	Corredor Lateral Esquerdo	1	COLUNA	1	Elemento Arquitetônico	5946
0017	Coluna	05	Corredor Lateral Esquerdo	1	COLUNA	1	Elemento Arquitetônico	5946
0018	Coluna	05	Corredor Lateral Esquerdo	1	COLUNA	1	Elemento Arquitetônico	5946
0019	Cruz: cumeeira parte posterior (vértice frontão)		Fachada Posterior		CRUZ	1	Elemento Arquitetônico	5951
0020	Cunhal	02	Fachada Lateral Esquerda / Direita	2	CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5943 a 5945
0021	Cunhal	02	Fachada Lateral Esquerda / Direita	2	CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5943 a 5945
0022	Cunhal		Ala Conventual		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5949
0023	Cunhal: arestas laterais nave (fundos)	02	Fachada Lateral Esquerda / Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5941 5942
0024	Cunhal: arestas laterais nave (fundos)	02	Fachada Lateral Esquerda / Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5941 5942
0025	Cunhal: arestas torres sineiras	04	Fachada Frontal		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5825
0026	Cunhal: arestas torres sineiras	04	Fachada Frontal		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5825
0027	Cunhal: arestas torres sineiras	04	Fachada Frontal		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5825
0028	Cunhal: arestas torres sineiras	04	Fachada Frontal		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5825
0029	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0030	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0031	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0032	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0033	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0034	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0035	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0036	Cunhal: torres sineiras	08	Torre Sineira Esquerda e Direita		CUNHAL	1	Elemento Arquitetônico	5823
0037	Cúpula: bulbosa	02	Torre Sineira Esquerda e Direita		CÚPULA	1	Elemento Arquitetônico	5818
0038	Cúpula: bulbosa	02	Torre Sineira Esquerda e Direita		CÚPULA	1	Elemento Arquitetônico	5818
0039	Degrau: 3 degraus		Adro	1	DEGRAU	1	Elemento Arquitetônico	5834 5835
0040	Degrau: arcada gallé		Fachada Frontal	1	DEGRAU	1	Elemento Arquitetônico	5836

Página 1 de 8

Fonte: IPHAN (2007)